

EDUCAÇÃO INFANTIL

As condições de trabalho, a remuneração e o reconhecimento das professoras que atuam nesse nível de ensino

11

DOCÊNCIA

Os limites entre contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola

16

ENSINO BÁSICO

Responsabilidades do governo federal na garantia do direito à escola pública de qualidade

22

NEOFASCISMO DIGITAL

A ascensão da extrema direita e do neofascismo vista através da articulação de aspectos estruturais presentes no cenário atual: a produção do caos nas redes sociais, a crise da democracia e a derrocada capitalista

36

REVISTA textual

MAIO 2023 | VOL 1 | Nº 32

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

O Brasil detém os ativos e a expertise em toda a cadeia produtiva dos semicondutores, que viraram alvo de uma disputa comercial decisiva na geopolítica mundial

| 4

O potencial estratégico da produção de chips



Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v. 1 nr. 32 (maio/2023). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2023.

v.: 22x26 cm

Anual

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

Fundado em maio de 1938, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, Sinpro/RS foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas, estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando, cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal *Extra Classe* (46 prêmios de jornalismo) e portal www.extraclasse.org.br; pelo portal www.sinprors.org.br; pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela *Revista Textual*.

DIREÇÃO COLEGIADA ESTADUAL | Amarildo Pedro Cenci, Arthur Beltrão Tello, Cássio Filipe Galvão Bessa, Cecília Maria Martins Farias, Erlon Veronez Schuler, Flávio Miguel Henn, Fernanda Surita Duarte, Glória Celeste Pires Bittencourt, Honor de Almeida Neto, Marcos Júlio Fuhr, Marcos Paulo Tonial, Margot Johanna Capela Andras, Rodrigo Perla Martins, Sani Belfer Cardon.

CONSELHO FISCAL | Titulares: Jeferson Luis Lima Cunha, Sílvia da Silva Lopes, Victor Hugo Tabarez Santana – Suplentes: Laudemiro Volmar Da Cunha Trindade, Josiane de Assis Bueno.

REGIONAL BAGÉ | Cármen Regina Schmidt

Barbosa, Roselene Oliveira Winter, Valton Severo Gonçalves – **REGIONAL BENTO GONÇALVES** | Fabiane Sassi Caio, Ilvânia de Brito Costanzi, João Paulo Scotti – **REGIONAL LAJEADO** | Cristiane Feltraco Navarro, Douglas Barbosa Schlabit, Mateus Dalmaz – **REGIONAL PASSO FUNDO** | Alba Valéria Oliveira Ficagna, Claudia Freires da Silva, Jean Mauro Menuzzi, Lisene Maroso, Mateus Cavalheiro Del Ré – **REGIONAL PELOTAS** | Cristiane Marryam de Matos Quiumento, Luiz Otávio Pinhatti, Marcos Kammer – **REGIONAL RIO GRANDE** | Marlene José Machado, Rosane Berenice Pereira Fonseca – **REGIONAL SANTA CRUZ DO SUL** | Betina Durante, Elizani Kaizer, João

Batista Gomes, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich – **REGIONAL SANTA MARIA** | Belquíz Medianeira Oliveira da Silva, Edmar Pereira Fabricio, Maria Lúcia Coelho Corrêa, Paulo Renato dos Santos Ferrony – **REGIONAL SANTA ROSA** | Carla Simone Sperling, Juciara Saviana Machado do Amaral, Naima Marmitt Wadi – **REGIONAL SANTO ÂNGELO** | Cirilo José Dalla Costa, Sandra Balbé de Freitas – **REGIONAL SÃO LEOPOLDO** | Andrea Maria Ritter, Beatriz Sallet, Bruna Raquel Pilatti Weirich, Daniel Vieira Sebastiani, Otávio Afonso Forneck – **REGIONAL URUGUAIANA** | Evandro Ribeiro Rosso, Sandra Cristina Vargas dos Santos Pereira.

expediente

A *Revista Textual* é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. Impressão | ANS Gráfica - Tiragem 2.500 exemplares. **Coordenação-Geral** | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | Gilson Camargo | gilson.camargo@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Marcos Júlio Fuhr, Rodrigo Perla Martins, Arthur Beltrão Tello, Beatriz Sallet, Evandro Ribeiro Rosso, Honor de Almeida Neto, Mateus Dalmaz, Marcos Kammer, Josiane Abrunhosa da Silva Ulrich, Jean Mauro Menuzzi e Victor Hugo Tabarez Santana. **Revisão** | Press Revisão. **Fotografia** | Igor Sperotto. **Capa** | svstudioart/freepik.com. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS



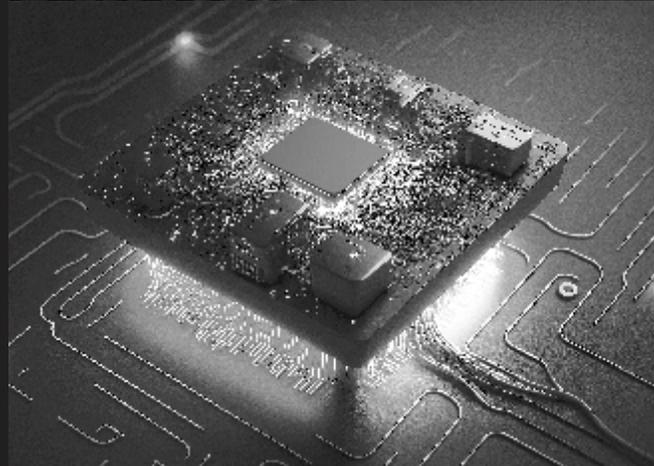
youtube.com/SinproRS

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre, RS
(51) 4009.2900 – 4009.2980
www.sinprors.org.br/textual
textual@sinprors.org.br

A Ceitec pode ser decisiva para a inserção do Brasil no seleto grupo que domina a expertise dos semicondutores, alvo da disputa comercial e geopolítica mundial

sumário

editorial



Semicondutores: questão estratégica

Marcada pelo domínio da tecnologia em todas as áreas, essa primeira metade do século 21 enfrenta a crise dos chips e a desestruturação da cadeia de suprimentos de semicondutores – os quais são a alma dos eletroeletrônicos, e sua aplicação vai de cartões de crédito a automóveis.

Com a pandemia e o agravamento da crise econômica mundiais, o acesso aos insumos e à tecnologia para a fabricação desses dispositivos feitos de silício ou germânio se transformou em questões estratégicas em nível global. Enquanto isso, o Brasil abriu mão da planta de manufatura de chips localizada no Rio Grande do Sul, uma decisão que precisa ser revertida.

Esse é o contexto em que se insere o ensaio de capa desta edição. O texto analisa o cenário mundial, a sua concentração e suas perspectivas e o equívoco da tentativa de liquidação da fábrica de chips Centro Nacional em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec) em Porto Alegre, única em solução completa na América Latina.

Já o ensaio *O carnaval contemporâneo – O neofascismo na era digital* avalia a ascensão da extrema direita e do neofascismo no Brasil e no mundo, a partir da articulação de três aspectos estruturais: tecnologias de informação e comunicação, crises da democracia liberal e do sistema capitalista.

Meio educacional e realidade da docência

Na editoria 'O professor e o mundo da escola', a diretora do Sinpro/RS Margot Andras aborda as condições de trabalho, a remuneração e o reconhecimento das professoras da educação infantil, com o artigo *Valorização e respeito: dilemas na educação infantil*.

Os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola, da professora Silvane Isse, mestre e doutora em Ciências do Movimento Humano e docente da Univates, discorre sobre temas sensíveis à construção das relações humanas, do conhecimento e do autoconhecimento em sala de aula.

Na editoria que aborda a 'Dinâmica do meio educacional', o professor Ney Lazzari, graduado em Ciências Econômicas e ex-reitor da Univates, traz importantes reflexões sobre o financiamento das universidades, com o artigo *Financiamento do ensino superior: quem deve pagar a conta?* Ainda nesta edição, o artigo *Responsabilidades do governo federal com a educação básica*, do professor da Feevale Gabriel Grabowski, discute as políticas públicas e os investimentos neste nível de ensino.

capa | ensaio

O potencial da fabricação de chips do RS na estratégia de desenvolvimento do Brasil 4

ensaio

O Carnaval contemporâneo – O neofascismo na era digital 36

artigos | o professor e o mundo da escola

Valorização e respeito: dilemas na educação infantil 11

Os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola 16

artigos | dinâmica do meio educacional

Responsabilidades do governo federal com a educação básica 22

Financiamento do ensino superior: quem deve pagar a conta? 28



ensaio

Adão Villaverde¹

Engenheiro e Professor de Gestão do Conhecimento e da Inovação Escola Politécnica PUCRS, Mestre em Estruturas, Engenharia Civil - Ufrgs, Doutorando em Educação em Ciências - Ufrgs.

A Ceitec pode ser decisiva para a inserção do Brasil no seleto grupo que domina a expertise dos semicondutores, alvo da disputa comercial e geopolítica mundial.

O potencial da fabricação de chips do RS na estratégia de desenvolvimento do Brasil

Palavras-chave: Tecnologia; Semicondutores; Chips, Expertise e Fabricação; Ceitec.

Resumo

As mudanças e transformações aceleradas da humanidade, não apenas nos ativos tangíveis, mas também nos intangíveis, sobretudo na forma como os indivíduos trabalham, vivem e se relacionam em sociedade, revelam a importância estratégica dos semicondutores, dispositivos utilizados hoje em todas nossas tarefas e atividades cotidianas e profissionais. O ensaio analisa o cenário mundial, a sua concentração e suas perspectivas e o equívoco da tentativa de liquidação da fábrica de chips Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), localizada em Porto Alegre/RS, Brasil, única em solução completa na América Latina. O texto aborda, ainda, os requisitos e os elementos-chave para a manufatura destes dispositivos que a empresa possui, a posição distintiva e a capacidade que o RS teria em uma Estratégia Nacional de Semicondutores. E aponta que esse é o caminho para o país mergulhar definitivamente no seleto grupo mundial que domina e detém a expertise na fabricação de semicondutores, os quais estão hoje no centro da disputa comercial e geopolítica global.

A época que vivemos é identificada como a das mudanças mais profundas e céleres da história do desenvolvimento da humanidade. Estão em curso transformações estruturais, não apenas nos seus ativos tangíveis, mas também nos intangíveis.

Ela é referida como a era da sociedade do conhecimento, em que os chamados chips, que compõem os circuitos integrados (CLs), formados por pequenos dispositivos micro e nanoeletrônicos, compostos por uma infinidade de componentes elétricos e lógicos, tais



Foto: usertrmk / Freepik

como transistores, diodos, capacitores, resistores e outros, fabricados em uma reduzida pastilha de material semicondutor, são um de seus grandes ativos, tendo um papel central para o desenvolvimento da produção em quase todos setores industriais.

Vão dos equipamentos eletrônicos a bens de consumo, das geladeiras aos aviões, de celulares a computadores, tornando-se uma espécie de espinha dorsal da economia global cada vez mais avançada, complexa e tecnologicamente sofisticada.

Estão presentes em todos os dispositivos eletroeletrônicos modernos, sobretudo em processos inovativos emergentes e disruptivos, como a Internet das Coisas (IoT), os grandes bancos de dados, a segurança cibernética, a inteligência artificial (IA), a realidade virtual, os drones, a automação universal, a transformação digital, a computação quântica, entre outras tecnologias. Ou seja, estão totalmente presentes em nossas atividades cotidianas, com as suas mais diversas finalidades e objetivos, do trabalho ao lazer, ao modo de vida, mas, sobretudo, no conjunto das relações em sociedade.

E sua cadeia de valores envolve diversas indústrias, que iniciam com a necessidade de formação de recursos humanos (RHs), chegando ao desenvolvimento e ao design dos chips, sua prototipagem, testagem e fabricação em escala, montagem, atingindo, por fim, a comercialização, na forma de produto final ao consumidor.

Do ponto de vista comercial, o mercado global dos semicondutores, dados consolidados em 2021, é revelador de uma receita de US\$ 595 bilhões, com uma alta de 26% em relação ao ano anterior, com projeção de triplicar nos próximos anos desta década.

Suas aplicações, também, dão uma dimensão dos alcances desses dispositivos. Aproximadamente a terça parte do mercado envolve as áreas de redes e comunicações; o outro terço, essencialmente processamento de dados, e ficando o último terço com as áreas industriais, bens de consumos, setor automotivo, comércio, setor público, entre outros.

Como não poderia deixar de ser, neste contexto é uma indústria muito complexa, exigente e numerosamente subdividida, cada qual com seus devidos tamanhos e nichos mercadológicos. Exigem capitais vultosos de investimentos para suas implantações, principalmente no topo da cadeia, ou seja, naquelas empresas que fabricam processadores e memórias no chamado “estado da arte”.

Como tem se visto nos últimos anos, há fortes movimentações comerciais e geopolíticas de países centrais sobre o tema, fundamentalmente os Estados Unidos e a China. Aqueles, aprovando no Congresso, em 2022, valores de subsídios públicos na casa de US\$ 280 bilhões; estes, elaborando um plano para dominar a indústria mundial até o fim desta década, para o qual são reservados US\$ 1,4 trilhão para ultrapassar os adversários do Ocidente.

Os chineses sabem que os Estados Unidos buscam recuperar uma condição que tiveram outrora, de controlar a maior parte da produção mundial desses dispositivos, uma vez que, hoje, ela está concentrada em 87% nas mãos dos países do chamado Pacífico do Leste, sendo mais de 72% desta na TSMC (empresa taiwanesa líder mundial na produção de chips).

Os EUA fazem tudo isso para contornar, especialmente, essa aglutinação regional, amplificada pela escassez desses dispositivos no mercado com o advento da covid-19 e a instabilidade política, expressa neste momento na guerra da Rússia com a Ucrânia. Exatamente quando aumentou o *home office*, associado ao fato de esses dois países em conflito estarem entre os maiores fornecedores de matéria-prima para manufaturar esses produtos. E a China também se movimenta para preservar essa aliança, associada ao reforço de sua política industrial de dominar o mercado de chips, como referido anteriormente. Isso já está consignado no seu planejamento estratégico para 2030. Daí a razão pela qual os países desenvolvidos do Ocidente querem fazer fortes investimentos em seus territórios, para não dependerem desta concentração, sobretudo em região que nominam de alta instabilidade

política. Essa instabilidade, do seu ponto de vista, ajuda a amplificar a escassez desses dispositivos em escala global, afetando amplamente todos os setores industriais, alterando de forma significativa a conjuntura mundial do tema referente à manufatura dos semicondutores.

Não alheios a este cenário, a recente visita do presidente Lula ao presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o diálogo com Xi Jinping dão conta que o Brasil volta a ter uma nítida ambição estratégica neste setor; no qual EUA e China evidenciam que o nosso país é uma das frentes nesta disputa comercial e geopolítica no domínio da produção de chips.

Os equívocos da liquidação da empresa brasileira e gaúcha

Nesse cenário, no entanto, o que mais estarrece, diante da velocidade de mudanças e transformações mundiais e do reposicionamento dos países frente à necessidade de expertise no domínio desse ativo que é o chip, é a concordância, contemporização ou mesmo a indiferença que ocorreu em solo brasileiro e rio-grandense com a tentativa de liquidação da fábrica com capacidade de pesquisar, desenvolver, projetar, prototipar, testar, fabricar, encapsular e comercializar semicondutores, ou seja, de solução completa, única na América Latina, chamada Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Será isso produto da psicologia social “de inferioridade que os brasileiros se colocam, voluntariamente, em face ao resto do mundo”? Ou deriva de um desconhecimento de como foi implantado e se desenvolveu esse tipo de indústria globalmente? Ou mesmo um preconceito devido à iniciativa ser pública, apesar de, na época de seu projeto, ter sido gestado a partir de uma forte e fundamental articulação da chamada “quádrupla-hélice” (governos, academia, empresários e sociedade)? Ou, ainda, de não conseguir renunciar à eterna herança de modelo primário-colonizador, de exportar *commodities* e importar produtos intensivos em tecnologia?

Essas perguntas, além de serem aquelas que não querem calar, no seu conjunto parecem também ficar permanentemente rondando o *mindset* brasileiro. Mas, felizmente, a iniciativa da ministra de CT&I brasileira, Luciana Santos, no começo de 2023, antecedida pela decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) acerca da fábrica de chips Ceitec, dizendo que ela será retomada atualiza o tema, sobretudo ao afirmar que o “governo brasileiro vai revogar a liquidação da empresa e promover sua recuperação”. Essa posição já teve decorrências, materializadas na instituição de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com a finalidade de apresentar “estudo para reverter o processo”, que atualizou, frente à nova conjuntura mundial do setor, a recente posição do Brasil. E que pode ressignificar um posicionamento do país, a partir de um estudo que irá determinar qual será “sua estratégia no campo dos semicondutores e das tecnologias de informação” (TI). Quem sabe, finalmente, superar a mera lógica de industrialização por



Foto: jcomp / Freepik

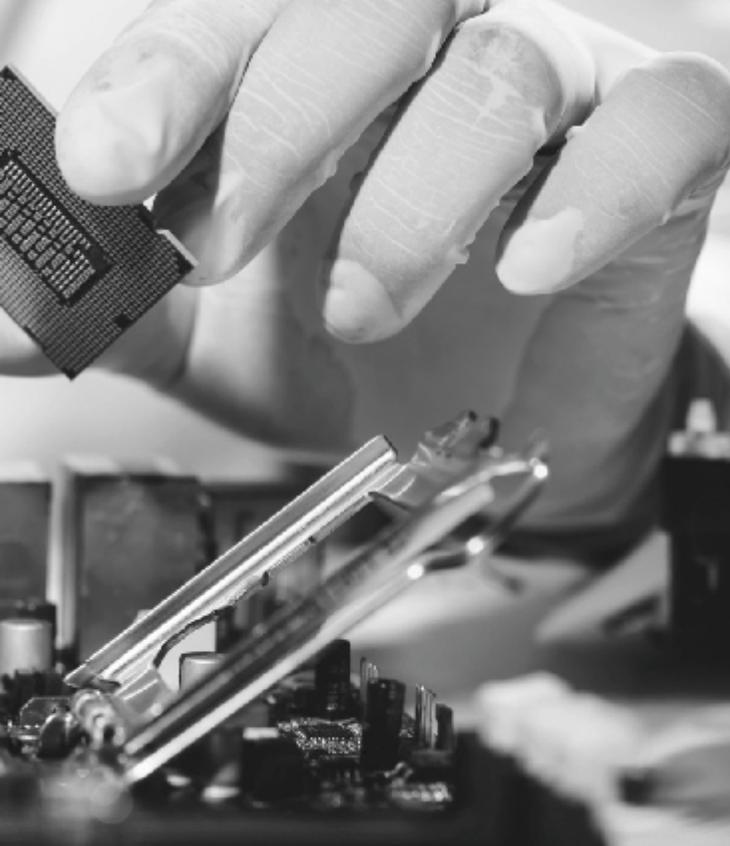
montagem e empacotamento de chips, que não percebe a importância da totalidade desses dispositivos na macroeconomia e na geopolítica global, atual e futura, uma vez que o modelo reprimarizador e extrativista, além de não agregar valor, não registra patentes, nem cria propriedade intelectual.

Principais requisitos e elementos-chave para a manufatura de chips

Como foi afirmado antes, é uma indústria que se subdivide muito, em especial para atuar no mercado global, de forma compatível com suas tecnologias e grandezas, podendo exigir:

- (i) valores da ordem de bilhões de reais, ou dezenas deles, para implantar manufaturas de chips nas lâminas de *wafers*, chamado *Front End* (fabricação), dependendo do nível de precisão tecnológica dos dispositivos, que, sobretudo, os chamados países centrais podem bancar;
- (ii) ou poucas centenas de milhões de reais para o encapsulamento ou empacotamento, chamado *Back End*, que é onde se encontra de forma significativa o setor hoje no nosso país; e, por fim,
- (iii) poucos milhões de reais para fazer Design ou Software, o que se poderia chamar de uma espécie de utopia singela, também presente no Brasil.

É no primeiro item que se situam fundamentalmente as manufaturas dos semicondutores que se encontram no nível mais elevado de desenvolvimento tecnológico, aqueles que exigiriam dezenas de



bilhões de reais de investimentos para sua fabricação, nível hoje de grandes *players* mundiais, tais como TSMC, Intel, Samsung, entre outras, que produzem processadores e memória e estão no segmento do chamado estado da arte. Mas neste item também se encontram os que se nominam de chips maduros, os quais, em um nível tecnológico inferior, requerem bilhões de reais para sua instalação, localizando-se em um veio de mercado de chips que não se situam nesses segmentos agigantados, mas que têm uma aplicação ampla e são utilizados como tecnologias maduras, que são mais robustas a falhas devido a efeitos de radiação, sendo de altíssimo uso, não necessitando ter dimensões tão reduzidas quanto às de memórias.

Ainda que o exemplo possa ser reducionista, é isso que explica a existência de empresas menores que as proeminentes produzindo chips para diversas aplicações, como é o caso da ON Semiconductor (www.onsemi.com), que possui manufatura similar à fábrica brasileira, atuando em vários países. Aliás, um nicho de mercado que sequer é disputado pelas empresas de alta precisão tecnológica. Estariam aqui os setores automobilístico, linha branca, agronegócio, logística, identificação veicular, comércio e varejo, entre inúmeros outros. E mesmo alguns chips de PCs, laptops ou smartphones.

Dito isso, fica uma importante questão: quais são os principais requisitos exigidos para a manufatura dos semicondutores? De forma muito expedita, pode-se dizer que, do ponto vista da infraestrutura e do suporte, o investimento estruturante é a sala limpa, com ambiente necessário de controle para auxiliar a manufatura desses dispositivos. Associada à água ultrapura em um sistema de ampla descontaminação e isenção de qualquer impureza, suportados por RHs altamente

preparados e qualificados, com amplo domínio e expertise na solução completa da fábrica, são os elementos que complementam essas exigências.

E, por fim, como não poderia ser diferente, o mercado, que, como demonstrado anteriormente, é muito amplo. Tudo isso conforma esses pressupostos para que um projeto desta envergadura possa se viabilizar exitosamente neste campo.

Talentos locais

Aliás, vale registrar aqui um componente-chave para reforçar e destacar uma importante competência do RS e do Brasil no tema, qual seja: desde o advento da institucionalização do pós-graduação, no final dos anos 1960 no país, foram formados centenas de milhares de mestres e doutores nas áreas de TI. A maior prova da qualidade desses talentos locais foi a busca deles por empresas do exterior, assim que a desastrada tentativa de liquidação foi *startada*, sendo que algumas delas abriram inclusive filiais de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em solo rio-grandense, mais precisamente em Porto Alegre.

Tudo isso deve estar conectado com outros propósitos e definições de engenharia, os quais são decisivos e chaves para seu sucesso, uma vez que a estratégia do país no setor irá significar que ele tenha capacidade de investimentos ou relações para tal, a fim de formar parcerias e construir um modelo de manufatura seguro, competente e com credibilidade, sobretudo por ser um setor complexo, especializado, altamente profissional e profundamente integrado. Esses desígnios devem vir acompanhados de um potente e exequível *business plan*, capaz de viabilizar a empresa no potencial mercado onde ela poderá se inserir, de modo a sustentar seu reconhecimento e sua reputação comercial.

E, claro, também compreender que experiências mundiais que vivenciaram tal situação de implantar fábricas desta complexidade tiveram que passar pela chamada "curva de maturação", um caminho longo e processual que deve ser percorrido, desde pensar o primeiro chip até se chegar em uma produção em escala fabril, completando o aprendizado.

Daí a crítica forte que muitos especialistas sobre o tema fazem à tentativa de liquidação da empresa, baseada em uma lógica meramente fiscal e afirmando *ad nauseam* que o projeto teve muito investimento público e não era superavitário.

Ao contrário, experts afirmam que recursos foram muito aquém do que uma estratégia desta dimensão requer, além de não ter obedecido ainda ao prazo de maturação da fábrica, em uma nítida tentativa de depreciação e disrupção na sua evolução fabril com a iniciativa de tentar encerrar a empresa.

Essa postura é absolutamente incongruente com o que acontece hoje no mundo, em movimento oposto a países como EUA, China, Alemanha, Coreia do Sul, Inglaterra, Holanda e Japão, os quais prati-

cam subsídios públicos vultosos para terem processos de *Front End* de semicondutores em seus territórios, para se eximirem da concentração no Pacífico do Leste.

E, por fim, dois níveis de compreensão fundamentais que necessitam serem visibilizados, especialmente do ponto de vista da conjuntura mundial dos semicondutores, para um futuro posicionamento do país na definição de sua estratégia na área, mas, também, no papel e modelo de suas fábricas.

Demanda, mercado e competitividade

Um deles é que a maioria dos países de primeiro mundo e do Pacífico do Leste tem capacidade de produção instalada de chips, e China, Rússia e Índia estão entrando muito pesadamente no setor.

O outro é que não há capacidade de produção de CIs no México, na América Central e na América Latina, excetuando o Brasil, que ainda preserva, com muito esforço, uma infraestrutura fabril instalada, em funcionamento salvaguardado, que pode ser reaproveitada. Que, mesmo defasada, possui capacidade para suportar novos avanços tecnológicos, com aportes de recursos, é claro, podendo ser atualizada para atuar neste mercado dos chamados chips maduros, com o emprego de uma fração dos bilhões de reais de investimentos que se necessitaria para construir uma fábrica nova, partindo do zero, como, recorrentemente, tem aparecido nos noticiários nacionais.

De onde conclui-se que a América Latina é um campo aberto para a fabricação de CIs, tanto do ponto de vista de demanda e mercado, como também da competitividade, não com a mais alta tecnologia, no estado da arte, mas, sim, com uma capacidade tecnológica média de resolução, com aptidão de fornecimento de amplos componentes-chave para muitos segmentos, como ficou evidenciado anteriormente.

Isso seria amplificado pelas possibilidades de o Brasil poder desenvolver parcerias com países do continente, para investir em estratégias colaborativas e sinérgicas no campo das soluções completas na produção de chips, da pesquisa ao desenvolvimento, no design, na prototipagem, na testagem, na fabricação, montagem e na comercialização, fazendo um amplo acordo regional neste sentido. Essas iniciativas seriam fundamentais para o campo comercial e de soberania científico-técnica de nossos países, além de decisiva para a retomada da estratégia dos semicondutores no Brasil, sobretudo neste novo cenário e nas possibilidades globais que se descortinam, reforçando fundamentalmente o resgate da capacidade instalada em solo rio-grandense. Com um forte foco no campo da microeletrônica tradicional, mas podendo inflexionar para a demanda infraestrutural, requerida hoje também pela área de biotecnologia, buscando um mercado promissor e demandante também dos dispositivos de semicondutores.

Como se viu, a crise mundial que acontece atualmente de escassez de semicondutores, frente à sua alta demanda, tem rebatimento na

América Latina e no Brasil, fechando ou diminuindo muitas produções, sendo a principal catalisadora da movimentação global dos países desenvolvidos neste setor, levando-os a aplicarem fortes e vultosos investimentos na área para terem manufaturas de solução completa em seus territórios.

Este cenário tem produzido, também, uma enorme pressão por RH especializados, entre eles engenheiros, cientistas de computação, químicos, físicos e técnicos, em escala global, que é muito superior à capacidade de resposta das instituições de ensino e de qualificação. Mas, por suas capacidades e investimentos históricos, aparecem no país, de forma destacada nesta área, dois estados com fortes expertises no tema, com enormes capacidades e com acúmulos no setor, que são o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Isso evidencia a necessidade de retomada de uma forte ofensiva nacional nesse tema, associada às primeiras medidas do governo federal, como a criação do GT Interministerial para reavaliar a liquidação da empresa e a melhora no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria (Padis). Esses passos seriam decisivos para, com base na infraestrutura existente hoje na Ceitec, fazer o país definitivamente ingressar no domínio completo da fabricação de chips em lâminas de *wafers*, que é o que realmente agrega valor e conteúdo inovativo e comercial, além de propriedade intelectual e registro de patente.

A posição distintiva e a capacidade do RS na estratégia dos semicondutores com a Ceitec

E neste cenário, sem dúvidas, o RS encontra-se em uma condição e posição distintiva, sobretudo nas habilitações principais para ajudar a embalar uma estratégia do país no campo dos semicondutores no próximo período. Primeiro, porque tem instituições de ensino com comprovada reputação e capacidade de formação qualificada na área, que, desde o advento da institucionalização do ensino de pós-graduação no país, no final dos anos 1960, ajudaram a formar centenas de milhares de mestres e doutores em CT&I no país inteiro, sendo milhares na área de TI. São entidades com reconhecimento e longa tradição no apoio com conhecimento e inteligência aos elos da cadeia de valor que compõem os semicondutores, sustentadas por Parques Tecnológicos avançados de reconhecimento mundial, com atuação relevante na área.

E, segundo, porque tem a fundamental conexão com a cadeia produtiva desses dispositivos, que é uma infraestrutura instalada localmente, que já operou efetivamente na área e pode ser retomada, que tem como seu *spin-off* a fábrica Ceitec, com capacidade de produzir semicondutores em lâminas de *wafers* na cidade de Porto Alegre.

Que, com a HTMicron e a ITT CHIP, no Tecnosinos, em São Leopoldo, mais as reconhecidas empresas mundiais EnSilica e Impinj, instaladas no Tecnopuc, e a Silvaco e a Real Intente, em Porto Alegre, conformam um ecossistema inovativo no setor.

Portanto, neste contexto, do ponto de vista de país, só São Paulo tem as condições de disputar iniciativas no setor com o RS. Fundamentalmente, por sua capacidade de investimentos, condições de formação e qualificação acadêmica e sua dinâmica e proatividade empresarial. E por isso tem, recorrentemente, realizado movimentos neste sentido, aproveitando, sobretudo, o posicionamento claro do governo federal de considerar o setor de semicondutores como estratégico para o país nos próximos anos.

Entretanto, apesar de todo esse poder do estado bandeirante, os ativos e a expertise para fabricação completa dos semicondutores encontram-se inquestionavelmente no RS, sobretudo para avançar sobre o elo crítico da produção de chips, que é o chamado *Front End* (fabricação localmente em lâminas *wafers*).

O Rio Grande do Sul possui a infraestrutura de sala limpa e água ultrapura, além da capacidade reconhecida na formação de RH e experiência e domínio na operação deste tipo de manufatura de forma única na América Latina, já com resultados e entregas na área, mesmo considerando todos os problemas, dificuldades, entraves e falta de investimentos que a fábrica vivenciou nos últimos anos.

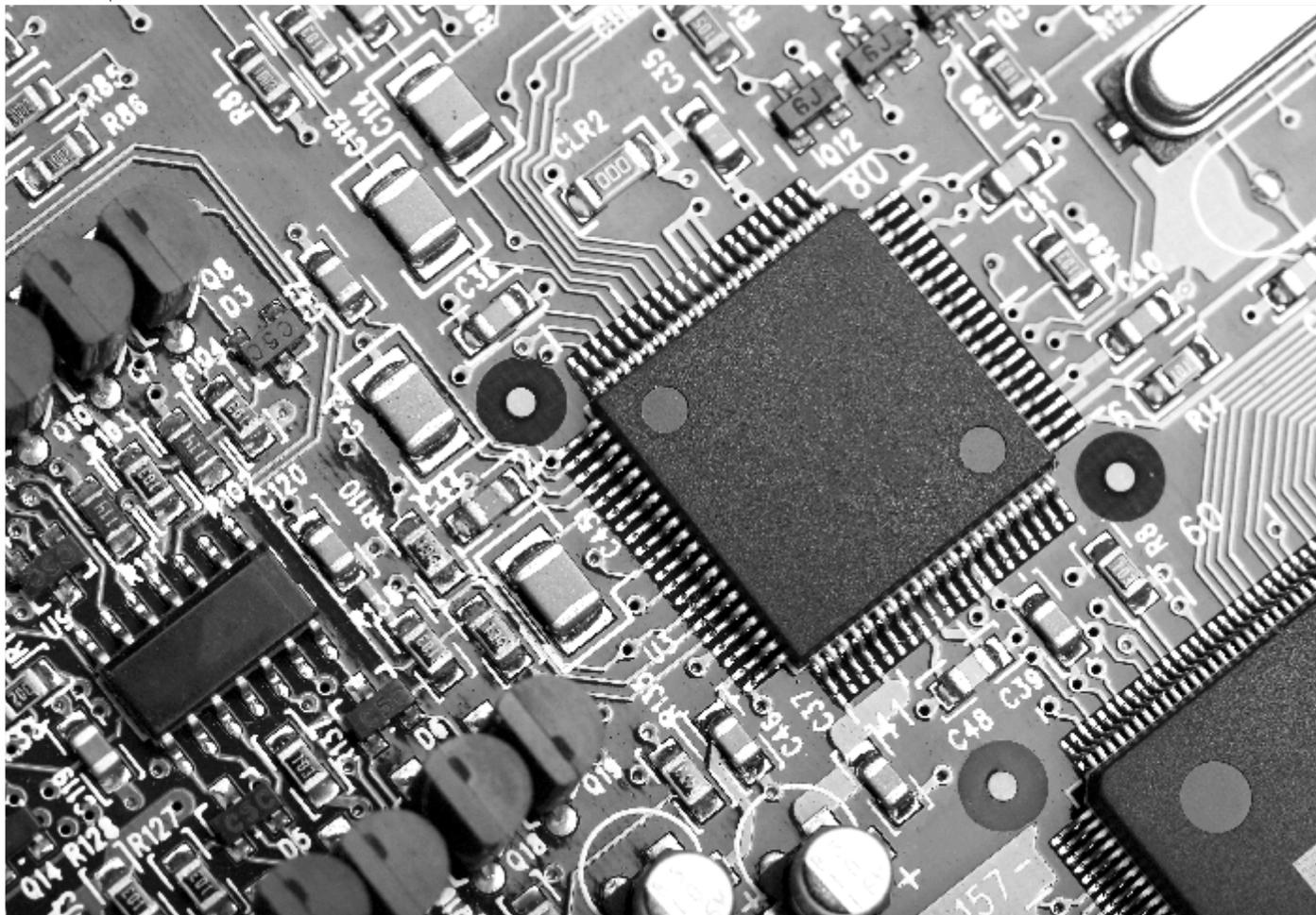
Essa fábrica pode ajudar a posicionar o Brasil no cenário internacional dos semicondutores como uma experiência real e concreta, que foi tentada, equivocadamente, ser abatida pela iniciativa de sua liquidação, em especial quando vislumbrava um cenário superavitário no horizonte imediato dos próximos anos. E mais: era também reconhecida na prática por ter capacitado e formado Recursos Humanos que hoje estão contribuindo profissionalmente em empresas do setor no mundo.

Potencial estratégico

A Ceitec também teve um papel central e decisivo para atrair empresas como a coreana HT Micron, a inglesa EnSilica e a norte-americana Impinj para o Brasil.

Além disso, atingiu números na sua produção e comercialização na casa de 180 milhões de unidades, entre chips, módulos e *tags*, o que estava conferindo confiança, credibilidade, legitimidade e reconhecimento ao seu trabalho no país para pesquisar, desenvolver, projetar, prototipar, testar, fabricar em escala, encapsular e comercializar CIs nos mais variados segmentos de mercado que o seu nó ou precisão tecnológica permitir.

Foto: xb100 / Freepik



Isso revela uma enorme capacidade para alavancamento, que, associado a mais investimentos aplicados, poderia refinar seu alcance tecnológico e ampliar sua capacitação de mercados.

Portanto, a Ceitec tem o potencial de se tornar uma planta-piloto na estratégia do país no campo dos semicondutores, como uma espécie de um *spin-off* para o desenvolvimento industrial brasileiro na área, atraindo parcerias e investimentos e estando alinhada a um modelo jurídico-institucional que lhe possibilita fazer tal inflexão. A empresa tem ampla capacidade de auxiliar no processo competitivo e de soberania científico-técnica e comercial de nossos países latino-americanos, de modo a criarem as possibilidades destes mergulharem definitivamente no seletivo grupo mundial que domina e detém a expertise na fabricação desses dispositivos, os quais estão hoje no centro da disputa comercial e geopolítica mundial.

Notas

1. Presidente do Fórum Nacional de Secretários de CT&I do Brasil (1999 – 2000), detentor da honraria máxima do “Mérito Científico Brasileiro” e autor do PL que deu origem à 1ª Lei de Inovação do RS.

Referências

- ACCEITEC, ASSOCIAÇÃO DOS COLABORADORES DO CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A. (2021). **Nota e Posicionamento ACCEITEC**. Acessado de <http://acceitec.net.br>.
- AMARAL, André; TIGRE, Paulo; BAMPI, Sérgio; ALVES, Sérgio; ALMEIDA, Márcio. (2002). **Programa Nacional de Microeletrônica: Contribuições para a formulação de um Plano Estruturado de Ações**. Brasília, Brasil: Secretaria de Política de Informática, MCT.
- BAMPI, Sérgio; REIS, Ricardo; REZENDE, Sérgio M.; VILLAVÉRDE, Adão; **A Produção de Chips no Brasil e a Superação do Complexo de “Vira-Lata”**. Site GGN 16 Jan. 2023.
- CEITEC S.A., CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA. **A CEITEC e sua Infraestrutura Fabril**. <http://www.ceitec-sa.com/pt/Paginas/fabricaceitec.aspx> - Acesso em: 03 set. 2021.
- DOU, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. (2020). **Decreto Liquidação da CEITEC**. Acessado em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.578-de-15-de-dezembro-de-2020-29429798>. Brasília.
- GALA, Paulo; RONCAGLIA, André. (2020). **Brasil, uma economia que não aprende**. São Paulo, Brasil: Copyright @ 2020 by A. Roncaglia e P. Gala.
- JCRS, JORNAL DO COMÉRCIO RS. **Liquidação da CEITEC deverá ser revogada pela nova gestão**. Edição Impressa, 04 jan. 2023.
- JCSBPC, JORNAL DA CIÊNCIA. **A Batalha dos Semicondutores**. Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: n.º 799, jun. e jul. 2022.
- MATTAR, Salim. **Site ABISEMI, entrevista à Revista Veja**. Brasília: telesíntese, 01, abril, 2019.
- MOREIRA, Uallace. (2022). **Catch-up Tecnológico e Superação da Armadilha da Renda Média: O Caso da China no Setor dos Semicondutores**. Brasília, Brasil: Ed. Ipea e Nações Unidas.
- PITCE. (2003). **Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior**. Governo Federal do Brasil, IPEA, BNDES, FINEP e APEX. Acessado de <http://www.anped11.uerj.br>.
- PROGRAMA NACIONAL DE MICROELETRÔNICA - PNM. (2002). **Programa Nacional de Microeletrônica: contribuições para a formulação de um Plano Estruturado de Ações**. Secretaria de Informática, MCT. Brasília.
- REIS, Ricardo *et al.* (2009). **Concepção de Circuitos Integrados**, 2ª Edição. Série Livros Didáticos do Instituto de Informática. Porto Alegre, Brasil: Ed. Bookmann.
- REZENDE, Sérgio Machado. (2005). **A FINEP e a Nova Política Industrial**. Trabalho de apresentação no Seminário Internacional: Desafios da Microeletrônica e o Papel da CEITEC. Porto Alegre, Brasil.
- RG CEITEC, RELATÓRIO DE GESTÃO CEITEC 2019 (2020). **Prestação de Contas Ordinária Anual 2019**. Porto Alegre: Ed. L. H. Rosa, MCTI.
- RONCAGLIA, André. (outubro, 2021). **CEITEC era viável**. Brasília: CCTCI - Câmara dos Deputados, Capital Digital.
- SANTOS JR., Silvío Luis. (julho, 2022). **CEITEC**. Trabalho apresentado na Audiência Pública da Comissão de CTCI, Câmara Federal. Brasília.
- STIMEPA, SINDICATO DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS DE PORTO ALEGRE. (2021). **Audiência pública realizada no Senado Federal**. Brasília. Acessado de <http://www.stimepa.org.br/noticias/3082/audiencia-publica-no-senado-questiona-extincao-da-ceitec-e-busca-sadas.html>.
- TCU, TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. (2021). **Sessão Plenária de 01 Set. 2021 do TCU suspende processo de desestatização da CEITEC**. Brasília. Acessado de <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/destaque-da-sessao-plenaria-de-1-9-tcu-suspende-processo-de-desestatizacao-da-ceitec.htm>.
- VILLAVÉRDE, Adão; AMARAL, Livio, Orientador. **Os Semicondutores, a CEITEC e o Caminho para a Superação da Dependência Tecnológica**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, UFRGS, Qualificação de Doutorado, 11 Ago. 2022.
- ZEN, Aurora Carneiro; HAUSER, Ghissia. (2005). **A articulação e o desenvolvimento dos parques tecnológicos: O caso do Programa Porto Alegre Tecnópole**. Research Gate.net. Salvador, Brasil.

Valorização e respeito: dilemas na educação infantil

Imprescindível reconhecer a história dessa profissão de professora da educação infantil, profissional que se envolve ativamente na formação das crianças e desempenha um papel fundamental na difusão de conhecimentos científicos e desenvolvimento social.

Margot Johanna
Capela Andras

Graduada em Licenciatura em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Diretora do Sinpro/RS.

No período de uma década, o número de matrículas na educação infantil apresentou um crescimento de 19% em todo o país, de acordo com o último Censo Escolar publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Isso não significa que todas as crianças na idade prevista estão na escola ou que há escola para suprir toda a demanda por educação infantil. Inclusive, porque essa demanda cresce a cada ano sem que ocorra o aumento correspondente nos investimentos nesse nível de ensino, como, de resto, na educação pública como um todo. No Rio Grande do Sul, os indicadores do Inep apontam que houve uma escalada de ingressos na educação infantil no período, algo em torno de 42%, e, ainda assim, existem crianças fora da escola ou na fila de espera por vaga.

Em 2011, havia 7 milhões de crianças matriculadas no Brasil na educação infantil, e o RS concentrava 291.749 dessas matrículas. Uma década depois, em 2021, a quantidade de matrículas atingiu 8,3 milhões no país e 415.377 no estado. É importante frisar com base nos gráficos do Inep, que o maior número de acessos à educação infantil no RS ocorreu em 2019, quando havia 458.003 matrículas. Nesse sentido, os efeitos da pandemia de covid-19 provocaram uma diminuição do número de matrículas nos últimos dois anos. No período imediatamente após o auge da crise sanitária, muitas famílias optaram por não matricular as crianças, o que acontece com maior proporção nas instituições de ensino privado do estado.

As instituições que ofertam educação infantil no ensino privado do RS detinham 41,7% das vagas em 2021. Esse cenário, no entanto, é altamente movediço. Ocorre que nesse percentual estão incluídas as vagas compradas pelas prefeituras em instituições conveniadas filantrópicas que não contratam professor ou técnico de desenvolvimento infantil. Também abrangem as vagas compradas (*vouchers*) em instituições privadas que contratam professor e instituições privadas propriamente ditas que contratam professor e não dependem de compra de vagas.

Este artigo se propõe ao enfoque sobre a valorização profissional das professoras do segmento de escolas privadas que

contratam profissionais docentes pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Quais são as origens e a construção histórica dessas profissionais? De que forma elas são amparadas pela legislação educacional? Como e por que não têm o seu devido valor reconhecido pelas instituições de ensino e pelos pais de alunos? São questões que este texto se propõe a abordar.

Razão e sensibilidade

Em primeiro lugar, é necessário frisar os requisitos básicos de formação que habilitam uma docente para a educação infantil. São pelo menos 15 anos de formação até a prática docente propriamente dita, voltada para o desenvolvimento das melhores habilidades de cada criança.

Estamos tratando da Professora, Pedagoga, docente da Educação Infantil, que na maioria dos casos tem formação para o Magistério, especializações e, não raro, mestrado e doutorado. Na sua maioria, as professoras de educação infantil cumprem uma carga horária de 40 horas semanais, mas suas atribuições e responsabilidades vão muito além disso:

“Os professores de educação infantil devem ser capazes de elaborar e desenvolver propostas pedagógicas considerando que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, ...”

Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS



Qualquer abordagem sobre educação infantil será incompleta se não levar em consideração a figura-chave desse segmento, que é a professora.

Maternagem e educação infantil

Qualquer abordagem sobre educação infantil será incompleta se não levar em consideração a figura-chave desse segmento, que é a professora. A opção pelo feminino, nesse caso, é proposital, já que mais de 90% desses profissionais são mulheres, reflexo de uma época em que a educação infantil não era a mais importante etapa de aprendizagem e as escolas eram apenas um lugar onde as crianças eram cuidadas enquanto as mães estivessem trabalhando.

No senso comum, ainda é muito presente a ideia de que basta ser mulher para ser professora de crianças pequenas, uma vez que essa condição supõe a “maternagem”, a qual também está intimamente ligada ao cuidar.

No entanto, apesar de se relacionarem, a “maternagem” e os cuidados na educação infantil estão em lugares diferentes, haja vista que o último pressupõe a profissionalização e a relação com o coletivo/público.

São fragilidades históricas, preconceitos de foro íntimo e subjetivos, marcas capazes de induzir proprietários de escolas e famílias a uma visão distorcida em termos de direitos trabalhistas e valorização dessas profissionais qualificadas que lidam com a educação de crianças de 0 a 6 anos.

Imprescindível reconhecer a história dessa profissão de professora da educação infantil, profissional que se envolve ativamente na formação das crianças e desempenha um papel fundamental na difusão de conhecimentos científicos e desenvolvimento social.

Até há bem pouco tempo, não era necessária a formação específica para trabalhar com crianças de 0 a 3 anos, até porque não se entendia como aprendizado o cuidado e as etapas de

evolução da educação infantil. Atualmente, é consenso que toda atividade com bebês e crianças tem consequências diretas no desenvolvimento de um cidadão.

A educação infantil é essencial para a formação de sujeitos respeitosos, críticos e reflexivos. Por esse motivo, o momento chamado de primeira infância deve contar com atividades e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento sadio da sua identidade.

As professoras, os gestores escolares e os familiares das crianças devem atuar em parceria para auxiliá-las em seu processo educativo. O brincar e ensinar são atividades concomitantes que só uma profissional especializada pode encaminhar, tendo a sensibilidade para explorar o ambiente, a cultura, os equipamentos e as ferramentas ao seu redor para estimular a criatividade, a linguagem, a cognição e a imaginação.

A figura da professora na vida da criança ao longo do seu desenvolvimento é essencial para o seu autoconhecimento, percepção crítica e construção dos relacionamentos interpessoais. E sendo essa etapa do desenvolvimento fundamental para todas as outras, essa profissional precisa ser qualificada e tremendamente considerada. É necessário que haja maior valorização e respeito ao trabalho feito por esses profissionais, que também devem possuir os meios necessários para realizar um trabalho diferenciado.

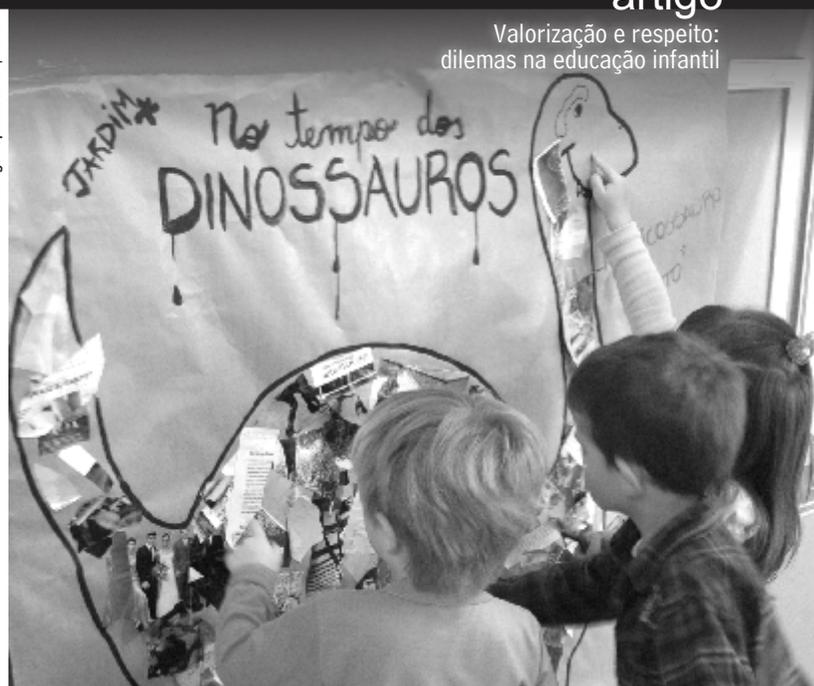
Legislação e representação

Com a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), em 1996², a educação infantil se torna a primeira etapa da educação básica, ou seja, deixa de pertencer à assistência social.

Isso implica em acesso desse nível de ensino a financiamento federal. Também, promove a elevação do nível profissional, pois sendo um nível de ensino, requer profissionais docentes, ou seja, professoras para o seu desenvolvimento.

Nessa nova realidade, eram esperadas consideráveis melhorias nas condições de trabalho para as professoras, em termos de tratamento, de salário, de proteção pela legislação trabalhista e acesso a direitos.

Acontece que a representação dessa categoria era feita pelo sindicato que a representava (e em alguns municípios ainda representa) a assistência social e recreação, criando inúmeras contradições nas negociações.



As professoras não eram vistas como professoras nem pelos donos de escolas (patrões), nem pelos seus representantes legais (sindicato). Apesar das conquistas, ainda eram tratadas e vistas como “cuidadoras” e “recreacionistas”.

A primeira Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria foi negociada em 2003 com o Sindicato dos Professores (Sinpro/RS), ou seja, somente a partir do início deste século é que as professoras da educação infantil começaram a ser tratadas legalmente como uma categoria de docentes – e não mais como alguém que “ajuda a cuidar”.

Portanto, identidade profissional docente das professoras é um processo em construção, novamente, referindo as professoras, não por desrespeito aos excelentes professores pedagogos conhecidos, mas por uma questão de maioria e para que todas se vejam representadas nessa história inicialmente feminina.

Cuidar e educar

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC³), “nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo”.

Garantir atendimento de qualidade na primeira infância é a efetivação de um direito social básico previsto na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na LDBEN. Mas como garantir esse direito e cumprir as metas de educação infantil citadas no PNE?

Dignificar o salário das professoras da educação infantil é questão primordial: elas são as interlocutoras no primeiro contato das crianças com a educação formal.

Para isso, é preciso que a sociedade brasileira reconheça a importância da educação para as crianças pequenas e apoie a luta pela valorização dos profissionais encarregados dessa educação.

Até hoje procede, para uma grande parcela das comunidades, o entendimento de que, para trabalhar com crianças pequenas, basta cuidar para que elas comam, durmam e estejam limpas.

Prova disso são as constatações de uma pesquisa realizada recentemente pelo Ibope⁴, a pedido da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, que revelou que apenas 19% dos pais entrevistados acreditam que conversar com a criança é importante para o desenvolvimento delas. E somente 11% pensam que proporcionar estímulos auditivos, visuais e táteis, como sons, música, bichos e histórias, também influencia positivamente o desenvolvimento da criança.

O senso comum, que nega à educação infantil a sua prerrogativa de nível de ensino comprometido com o desenvolvimento integral da criança, tem raízes históricas e ignora os saberes científicos sobre a importância fundamental que os primeiros anos de vida têm para a formação de cada um de nós e para a sociedade como um todo.

Cuidar da educação de crianças nas escolas de educação infantil pressupõe conhecer os processos de desenvolvimento infantil, as linguagens que estimulam esse desenvolvimento e a organização de espaços e atividades, além do desafio colocado à professora: dar atenção a cada uma e, ao mesmo tempo, ao conjunto das crianças.

Trocando em miúdos, para ser professor na educação infantil, como nos demais níveis e modalidades de ensino, é preciso

estudar muito, pois a tarefa é complexa e de muita responsabilidade. E para que se consiga efetiva valorização em todos os sentidos, é necessário tempo.

Salários e direitos

A desvalorização das professoras e de todos os demais profissionais que trabalham com esse segmento tem a ver com a história da educação infantil, que tem como um de seus pilares a dimensão do cuidado, como abordamos anteriormente.

Nesse cenário, em que pesem as conquistas enquanto categoria, ainda há muito a fazer em termos de reconhecimento e valorização das professoras da educação infantil em sua dimensão de nível de ensino basilar do ensino básico.

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)⁵ vigente instituiu o piso salarial das professoras em Porto Alegre em R\$ 2.860,20 para 40 horas de trabalho semanal.

Nos demais municípios gaúchos, a remuneração básica é de R\$ 2.249,10 para essa mesma carga horária. As negociações coletivas nesse nível de ensino são sempre marcadas pela resistência da representação patronal à pauta das professoras e pela reiterada defesa e ampliação de direitos por parte do Sinpro/RS, especialmente no que se refere à reposição da inflação aos salários.

Não bastasse a luta pela melhoria salarial, cabe ao Sindicato ainda a constante interferência para que as escolas cumpram as normas acordadas e negociadas anualmente na CCT.

Dignificar o salário das professoras da educação infantil é questão primordial, considerando que elas são as interlocutoras no primeiro contato das crianças com a educação formal.

Às professoras da educação infantil cumpre apresentar o universo escolar para as crianças. Responsáveis pela socialização dessa faixa etária, elas que serão a referência para as famílias e suas atuações terão repercussão nos processos de aprendizagem das crianças por muito tempo.

Ranking do desprestígio

A valorização da professora passa por diversos fatores e é um dos grandes desafios do nosso país. Segundo o relatório *Global Teacher Status 2018*⁶, elaborado pela Varkey Foundation, o prestígio da profissão no Brasil tem o pior índice entre os 35 países avaliados.



Foto: Igor Sperotto / Sinpro/RS

A escala de avaliação vai de 1 (nota mais baixa) a 100 (mais alta), e o Brasil teve apenas um ponto. A primeira colocada foi a China, que recebeu a pontuação máxima, seguida por Malásia, com 93,3, e Taiwan, que alcançou 70,2.

Outra conclusão da avaliação feita pela ONG voltada a estudos na educação é que o prestígio da professora não está relacionado apenas à remuneração média. Esse conceito também envolve a atratividade da carreira para os jovens, o respeito pelas profissionais, as condições de trabalho e a valorização da profissão em políticas públicas.

Valorização docente e educação de qualidade

A valorização da professora é o primeiro passo para garantir uma educação de qualidade, considerando que a infraestrutura para que esse processo aconteça é imprescindível. No entanto, não haverá ambiente que garanta a qualidade da aprendizagem sem uma professora.

A atuação da docente tem impacto dentro e fora da sala de aula, seja no desempenho dos estudantes, na qualidade da escola e no progresso do país. Para isso, a professora deve ser remunerada de forma adequada, receber os recursos necessários para realizar sua função e ter uma vida digna e com qualidade.

E exatamente por serem importantes para o desenvolvimento das crianças e da sociedade, elas reivindicam maior valorização e respeito ao seu trabalho, bem como os meios necessários para formações, atualizações, preparações de aulas, elaborações de materiais, descanso e lazer.

Diante de uma realidade em que boa parte dos empregadores e pais de alunos tentam minimizar o papel e a importância das professoras no processo de cuidado e aprendizagem das crianças na sua fase mais estruturante, é notório que a sociedade como um todo está em dívida com essa categoria profissional.

Embora esteja claro o seu papel na formação das futuras gerações, ainda temos muito o que caminhar em direção a salários e condições de trabalho mais justos e dignos.

É cabe às famílias, na hora de escolher a escola para matricular seus filhos, questionar, para além da proposta pedagógica, como são tratados os professores naquele estabelecimento. Qual o salário pago às docentes, onde fica a sala dos professores, quanto tempo é reservado à reunião pedagógica e se esse tempo é remunerado; se a professora conta com auxiliar fixa e atendimento específico para inclusão. Afinal de contas, são indicadores como esses que dão a dimensão do quanto a professora é valorizada, bem como da qualidade da educação oferecida pela escola. Será essa profissional quem estará com a criança na maior parte do tempo dessa fase e quem definirá o processo de ensino e aprendizagem e as relações afetivas estabelecidas com a escola.

Referências

1. <https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/professor-educacao-infantil#:~:text=O%20professor%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil,las%20enquanto%20est%C3%A3o%20na%20escola.>
2. LDB - LEI Nº 9.394 http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
3. BNCC - <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
4. Sinpro/RS Convenções Coletivas - <https://www.sinpro.rs.org.br/direitos/convencoes-e-acordos/convencao-coletiva-de-trabalho-2022-2023-educacao-infantil/>
5. <https://www.fmcsv.org.br/en-US/biblioteca/primeirissima-infancia-interacoes-pandemia-comportamentos-cuidadores-criancas-0-3-anos-covid-19/>
6. <https://www.varkeyfoundation.org/what-we-do/research/global-teacher-status-index-2018>

Os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola

O toque sensibiliza, e a sensibilidade permite que estejamos abertos a novas informações e perspectivas, o que contribui para a ampliação da capacidade de perceber, interpretar e sentir as informações de uma maneira mais profunda e significativa.

Silvane Fensterseifer Isse

Licenciada em Educação Física, Mestre e Doutora em Ciências do Movimento Humano, Docente da Universidade do Vale do Taquari (Univates).

Neste texto, são discutidos os limites entre o contato corporal entre professores e alunos em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual. Apresenta-se o papel do toque corporal, uma forma importante de comunicação não verbal, na construção das relações humanas, do conhecimento e do autoconhecimento. Analisam-se as contribuições da escola e dos professores para a construção de uma cultura do acolhimento, cuidado e proteção de seus estudantes, diante da violência e da cultura do assédio sexual tão presentes na sociedade atual.

Sobre o toque que potencializa a formação humana

Tocar o outro, na dimensão do corpo e do afeto, ampliando as comunicações verbais e não verbais, possibilita o autoconhecimento, a percepção do outro e o reconhecimento de como cada sujeito se encontra entrelaçado nesta rede de relações. Nesta dinâmica relacional, inevitavelmente, estes diversos outros se movimentam, aproximam-se, afastam-se; diferenciam-se em idades, funções, maturidades, estilos de sentir e de viver nos diferentes ciclos existenciais. Todos, porém, necessitam dessas relações complementares [...]
(OLIVEIRA, 2009)

O toque corporal, como apresenta Oliveira (2009), é uma forma importante de comunicação não verbal, que pode ter um valor significativo na educação de crianças e jovens. Quando usado de forma ética e respeitosa, o toque corporal pode

transmitir afeto e apoio, contribuindo para a criação de um ambiente seguro e acolhedor na sala de aula. Um abraço, um aperto de mão, o dar a mão ou um toque de encorajamento no ombro de um estudante pode dar a ele a sensação de não estar sozinho, de pertencer ao grupo, de que há um professor ou uma professora que está com ele, que se importa com seu bem-estar, que deseja que ele se sinta confiante, o que lhe dará mais recursos para aprender.

Conforme Le Breton (2016, p.261), “a qualidade da relação com o mundo é em primeiro lugar uma questão de pele”. De acordo com o autor, a percepção e a qualidade do contato corporal com o outro criam sentidos para a interação e um estado afetivo. Ainda, o toque é um gesto de apaziguamento, um ato de comunicação que não é mecânico e é capaz de reduzir a ansiedade, de provocar o relaxamento, contribuindo para a ampliação da confiança. Le Breton (2016, p.227) acredita que

O sentido tátil preenche uma função antropológica de continente, de restauro de si em uma situação de sofrimento ou carência. Tocar propicia o sentido de si e daquilo que representa sua exterioridade. O gesto restaura uma fronteira, ele remete à valoração de si em um meio ambiente vasto.

Tocar e ser tocado corporalmente é um elemento fundamental na formação de vínculos afetivos, na conexão consigo mesmo e com as outras pessoas, na construção de relações de confiança, no desenvolvimento da sensibilidade, na ampliação das percepções de si, do outro e do mundo e, portanto, na construção do conhecimento. O toque sensibiliza, e a sensibilidade permite que estejamos abertos a novas informações e perspectivas, o que contribui para a ampliação da capacidade de perceber, interpretar e sentir as informações de uma maneira mais profunda e significativa.

Para Montaigne (1988), as condutas táteis são construídas culturalmente. Diferentes grupos sociais atribuem diferentes sentidos às diferentes formas de contato corporal: existem famílias e culturas nas quais há um grande contato tátil, enquanto em outras o contato é mínimo. Segundo Le Breton (2016), o modo como compreendemos, aceitamos ou recusamos o contato físico é, primeiramente, cultural, depende da educação que recebemos, e pode ser modificado conforme a sensibilidade individual e as circunstâncias da vida. Nas sociedades em que a distância é de bom uso entre os indivíduos, o contato físico é algo bastante raro.

O toque corporal pode ser considerado uma técnica corporal que, de acordo com Mauss (2003), é a forma como os seres

Foto: Rodnae Productions / Pexels



artigo

Os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola

humanos se expressam socialmente através do corpo, de gestos, hábitos ou modo de lidar com o corpo. As técnicas corporais remetem a uma tradição, a um saber aprendido ao longo do tempo. Aprende-se a usar diferentes gestos, que são carregados de carga simbólica e expressam ideias, saberes, afetos, desejos e intenções. As crianças e os jovens aprendem comportamentos corporais através da imitação, aprendem o significado do toque a partir do universo adulto que cria e transmite cultura.

O toque tem grande valor na construção da autoestima e autoconfiança e pressupõe certa proximidade e intimidade, o que tem gerado desconfortos e excessos no que diz respeito ao toque na escola e ao toque nas relações entre professores e professoras com seus estudantes. Há toques que são agradáveis e outros que são invasivos, agressivos. Há toques na relação pedagógica entre docentes e estudantes que expressam afeto, acolhimento, cuidado e respeito, enquanto outros assustam, constroem e ultrapassam o limite entre o afeto e o assédio sexual.

Sobre o toque que viola o corpo

Segundo Le Breton (2016), “o indivíduo dispõe ao seu redor de uma reserva pessoal, de um espaço de intimidade que [...]

instaura uma fronteira entre ele e os outros, que não se rompe sem o seu consentimento ou sem fazer-lhe violência” (p.274). A aproximação e o contato corporal são pensáveis somente através da concordância, pois o toque sem o consentimento de quem é tocado pode causar “[...] mal-estar ou sentimento de violação da intimidade” (p.270). Le Breton (2018, p.263) afirma que “o mesmo movimento, segundo a forma como é recebido, pode ser uma violação ou uma oferenda, e, se imposto pela força ou pela intimidação, torna-se intolerável”. Quando o toque não é desejado, constitui-se em assédio, em uma forma de violência.

Vieira (2018) explica que “(...) assédio é uma palavra que se originou de uma expressão latina, 'absidium' (...) (p. 3)”, que significa “(...) cerco, estratégia militar, uma fortaleza armada, em que posteriormente levaria uma cidade à rendição (p. 3)”. Nesse sentido, a “(...) noção de assédio implica na ideia de obrigar alguém a fazer algo contra sua vontade” (p. 4).

Conforme o Art. 216-A do Código Penal, incluído pela Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001 (BRASIL, 2001), assédio sexual significa “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. Segundo o relatô-

Foto: Pavel Danilyuk / Pexels



Touchar e ser tocado é fundamental na formação de vínculos afetivos e conexão consigo e com os outros e, portanto, na construção do conhecimento.

rio *A Educação que protege contra a violência*, publicado pela Organização das Nações Unidas (UNICEF) em 2019, a violência sexual é compreendida como

[...] qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, [...] (p.12)

Quando um docente pratica conduta dessa natureza no que diz respeito a algum de seus estudantes, partindo do pressuposto que não há hierarquia entre eles, estaríamos falando em assédio sexual? De acordo com o Informativo n.º 658 de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) (STJ, 2019), “é possível a configuração do delito de assédio sexual na relação entre professor e aluno”, pois, ainda que não exista uma hierarquia entre docentes e estudantes, na referida decisão, o STJ entende que há uma relação de ascendência, conforme colaciona:

Relação de ascendência (...) por parte do docente no caso de violação de um de seus deveres funcionais e

morais, consistente em atribuir notas, reconhecer o mérito e aprovar o aluno não apenas pelo seu desempenho intelectual, mas por eventual barganha sexual. (...) Assim, releva-se patente a aludida “ascendência”, em virtude da “função” (...), dada a atribuição que tem o cátedra de interferir diretamente no desempenho acadêmico do discente, situação que gera no estudante o receio da reprovação.

Infelizmente, o assédio sexual é um problema grave em todo o mundo, incluindo o Brasil, e pode ocorrer em qualquer ambiente, inclusive em escolas e universidades. Ainda que homens e meninos também sejam vítimas de assédio, mulheres e meninas são as que mais sofrem. Segundo dados do IBGE, obtidos pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019, a qual entrevistou escolares em todo o Brasil, “a violência sexual se mostra presente na vida de um significativo percentual de meninos e meninas que frequentam escola”, sendo que “mais de 20% das adolescentes de 13 a 17 anos diz já ter sido tocada, manipulada, beijada ou ter tido partes do corpo expostas contra a sua vontade”. Entre os meninos, o percentual é de 9%.

A cultura do assédio sexual foi sendo construída e um tanto naturalizada ao longo da história. Ao discorrer sobre o assédio de importunação, “(...)aquele comumente sofrido pelas mulheres onde quer que se encontrem (...)”, Vieira (2018) defende que “(...) qualquer que seja o tipo de assédio (com exceção do estupro que não é aceitado nem mesmo dentro do presídio) ainda é

[A escola deve ser lugar de reflexão e aprendizagem acerca desses direitos, de luta pela equidade e respeito, de construção de uma cultura de paz, e de não perpetuação da desigualdade, do desrespeito, da violência, do medo e da cultura do assédio.



Foto: Yan Krukau / Pexels

visto pela maioria, como um ato normal, comum e aceitável” (p. 5). A autora coloca que é possível identificarmos na história do Brasil vários fatos, normas sociais, legislações que demonstram o desrespeito às mulheres e a naturalização do assédio, tanto na antiga sociedade brasileira quanto na atual.

A escravidão, o coronelismo, a falta de direitos das mulheres e de leis protetivas constituíram cenários em que práticas violentas contra as mulheres foram autorizadas socialmente e consideradas “normais”. E hoje, ainda que os movimentos feministas tenham obtido várias conquistas e tenham outras normas sociais e legais, o tratamento que mulheres e meninas recebem nas diferentes instâncias sociais, muitas vezes, expressa o quanto ainda há o desrespeito e a desqualificação das mulheres enquanto pessoas de direitos.

A escola deve ser lugar de reflexão e aprendizagem acerca desses direitos, de luta pela equidade e respeito, de construção de uma cultura de paz, e de não perpetuação da desigualdade, do desrespeito, da violência, do medo e da cultura do assédio. Conforme o relatório da UNICEF (UNICEF, 2019) anteriormente mencionado, estar na escola deve ser fator de proteção e não de violência. Nenhuma criança ou adolescente deveria ter medo ou receio de ir à escola. Nesse sentido, “[...] currículos, professores, sociedade, mídia e instituições como o governo, têm a responsabilidade de promover, praticar, ensinar e garantir que as escolas sejam um espaço seguro [...] para todos e todas” (UNICEF, 2019, p.4).

Espaço seguro, de proteção e cuidado. Como a escola pode oferecer proteção, segurança e cuidado? Cuidar, para Mortari



(2018), é “tornar-se responsável por algo ou alguém, preocupar-se, empenhar-se, dedicar-se a alguma coisa. [...] tornar-se responsável pela existência” (p.11). A autora defende que o cuidado “protege a vida e cultiva as possibilidades de ser” (p.10), ou seja, cuidar é imprescindível ao viver.

Cuidar pressupõe querer bem, acolher, escutar, ser amoroso. Freire (2019) diz que é necessário ao professor “[...] estar aberto ao gosto de querer bem, [...], à coragem de querer bem aos educandos e à própria prática educativa [...]” (p.138) e que o professor não deve assustar-se com a afetividade, mas encontrar formas éticas e respeitosas de expressá-la. E a ética na profissão docente pressupõe escolhas que produzam vida, alegria, conhecimento. Escolhas que não degradem, violem, machuquem ou restrinjam a vida. A autonomia docente é um bem preciosíssimo, a qual deve ser exercida com muita responsabilidade e comprometimento com os estudantes, a comunidade e a instituição escolar.

Considerações finais

Voltando ao tema deste texto: os limites entre o contato corporal em uma dimensão pedagógica e o assédio sexual na escola. Enquanto docentes, é importante perguntar constantemente: quais são os sentimentos e sentidos produzidos pelos estudantes em relação à nossa proximidade corporal? Quais são as intenções e as interpretações de pais, estudantes e professores em relação ao contato corporal na escola? Le Breton (2016) propõe que os gestos, o toque corporal entre professores e estudantes devem evidenciar a ausência de

conotação sexual. As crianças e os jovens sabem que nem tudo no seu corpo pode ser tocado e que as pessoas devem ter permissão para o toque e que, caso isso não seja respeitado, dar-se-á um ato de violência.

A cada contato corporal experimentado, sentidos e interpretações são atribuídos ao toque, às circunstâncias e às intenções do outro que nos toca. Há um diálogo silencioso entre quem toca e quem é tocado. A linguagem não verbal do toque se constrói socialmente, culturalmente e não pode prescindir do respeito mútuo, do cuidado, da proteção e do bem-estar.

Se o contato corporal é tão significativo na formação de crianças e jovens, por lhes oferecer oportunidades de ver a si, ao mundo e aos outros, é importante que os estudantes não sejam privados desse alimento para o seu conhecimento. Sendo assim, enquanto docentes, é importante que se tenha compreensão dos limites pedagógicos do contato físico e se ensine de forma ética e respeitosa, contribuindo para que a cultura do assédio sexual não se perpetue, seja na escola ou fora dela.

Referências

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Brasília, 15 de maio de 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 62ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- MAUSS, Marcel; NEVES, Paulo; LEVI-STRAUSS, Claude - intr. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MONTAGU, Ashley. **Tocar: o significado humano da pele**. 7ª ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MORTARI, Luigina. **Filosofia do cuidado**. São Paulo: Paulus, 2018.
- OLIVEIRA, Rosmari Pereira de. **Tocar e trocar... o corpo, o afeto, a aprendizagem: uma experiência de formação continuada em um Centro de Educação Infantil**. *Constr. psicopedag.* [online]. 2009, vol.17, n.15, pp. 91-110. ISSN 1415-6954.
- STJ. **Informativo de Jurisprudência nº 658**, de 8 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/>>. Acesso em: 04 abr. 2023.
- UNICEF Brasil, Cidade Aprendiz. **A Educação que protege contra a violência**. 2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/4091/file/Educacao_que_protege_contra_a_violencia.pdf. Acesso em: 06 abr. 2023.
- VIEIRA, Juliana. **A cultura do assédio no Brasil**. Disponível em: <https://juvieiracruz.jusbrasil.com.br/artigos/620593330/a-cultura-do-assedio-no-brasil>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Gabriel Grabowski
Graduado em Filosofia.
Mestrado e Doutorado
em Educação pela
Faced/Ufrgs. Professor
pesquisador da
Universidade Feevale.

Responsabilidades do governo federal com a educação básica

De 2019 a 2022, a União
abdicou de exercer a
coordenação nacional no
campo da educação básica e
superior e produziu graves
retrocessos e impactos nas
políticas educacionais,
especialmente no auge
da pandemia.

Este artigo tem a finalidade de apresentar e esclarecer, de forma direta e objetiva, as responsabilidades do governo da federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) e seus órgãos vinculados, para com a Educação Básica (EB), considerando que o Brasil é uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal (BRASIL, Art. 1, 1998).

O desafio educacional brasileiro continua sendo gigante e de responsabilidade compartilhada entre o Estado, as famílias e a sociedade como um todo. Segundo o Censo da Educação Básica de 2022 (BRASIL/INEP, 2023), o país registrou 47,4 milhões de matrículas nas 178,3 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 714 mil matrículas a mais em comparação com o ano de 2021, o que corresponde a um aumento de 1,5% no total. Essa elevação é reflexo, inclusive, da expansão de 10,6% observada no último ano na matrícula da rede privada, que passou de 8,1 milhões em 2021 para 9 milhões em 2022, chegando próximo ao nível observado em 2019, antes da pandemia.



Já no ensino superior, de acordo com o Censo do Ensino Superior (BRASIL/INEP, 2021), as matrículas também continuam aumentando e se aproximam de nove milhões. Diferentemente da EB, as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas têm uma participação de 76,9% no total de matrículas de graduação. A rede pública, portanto, participa com 23,1%. Quando se comparam os anos de 2011 e 2021, observa-se um aumento no número de matrículas de 39,1% na rede privada e de 17,2% na rede pública.

Com uma população de aproximadamente 56,3 milhões de estudantes, sendo 51,8 milhões de estudantes que estão distribuídos em várias etapas de ensino: 9 milhões de estudantes de Educação Infantil em 114.851 escolas; 15 milhões de estudantes nos Anos Iniciais em 109.644 escolas; 11,9 milhões de estudantes nos Anos Finais em 61.765 escolas; 7,5 milhões de estudantes no Ensino Médio em 28.860 escolas; 8,4 milhões de estudantes no Ensino Superior em 2.537 Instituições de Ensino Superior (IES); cerca de 2,2 milhões de docentes atuam na Educação Básica e 384.474 docentes no Ensino Superior, é fundamental uma gestão coordenada em nível nacional em estreita colabora-

ção entre os entes e as demais redes de ensino (privada, confessional e comunitária).

Tomando apenas os últimos quatro anos de (des)governo Bolsonaro (2019-2022), a omissão da União, por meio do MEC, que abdicou de exercer a coordenação nacional no campo da educação básica e superior, produziu graves retrocessos e impactos nas políticas educacionais em todo país, especialmente no auge da pandemia da covid-19. Portanto, em um Brasil com tamanha demanda educacional, a terceira maior do mundo, é essencial a participação efetiva da União, não somente na assistência técnica e financeira, mas, sobretudo, na construção e coordenação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e de políticas nacionais de educação de Estado, sem interrupções nos ciclos de governos.

Responsabilidades legais

Sob a perspectiva das responsabilidades legais, no Art. 205 da Constituição Federal (CF), está determinado que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, devendo ser ministrado com base em um conjunto de princípios, entre os quais destacamos: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação escolar; gestão democrática do ensino público; garantia de padrão de qualidade; piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (Art. 206 da CF).

Na organização nacional da educação brasileira, está estabelecido que cabe ao governo federal assistir técnica e financeiramente aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal. Na educação básica, segundo Farenzena (2021), essa incumbência da União, conjugada com as responsabilidades e prioridades dos governos subnacionais, é parte da configuração institucional e da prática de colaboração entre os sistemas de ensino e da cooperação entre governos.

No art. 211 da Constituição da República, o parágrafo 1º expressa as responsabilidades da União na Educação:

A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e **exercerá, em matéria educacional,**

Foto: Marcelo Camargo / ABr



O desafio educacional brasileiro continua sendo gigante e de responsabilidade compartilhada entre o Estado, as famílias e a sociedade.

função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988, grifos meus).

Portanto, a União, além de organizar o sistema federal de ensino e dos territórios, deve exercer função redistributiva e supletiva mediante assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, através de vários mecanismos, como transferências obrigatórias, voluntárias, complementação do Fundeb. Já os **municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil**, enquanto os estados e o Distrito Federal **atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio**.

Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios definirão formas de colaboração, visando assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório, atendendo prioritariamente ao ensino regular.

Nas responsabilidades legais, o marco constitucional estabelece atuação **prioritária para os entes** federados na oferta educacional, não proibindo a colaboração nem a atuação em outras etapas e modalidades quando necessário para garantir o direito à educação a todos os brasileiros de 04-17 anos (PEC-59/2009). Neste sentido, a título de ilustração, a União possui uma Rede Federal (Institutos Federais – IFs) que oferta Ensino Médio, Educação Profissional de Nível Técnico e Educação de

Jovens e Adultos (EJA). No Brasil, existem redes estaduais que oferecem, de forma complementar, ensino fundamental e educação infantil, como temos municípios que, em suas redes, ofertam ensino médio e educação profissional. Essa condição persiste porque a formação e o desenvolvimento histórico das redes de ensino na educação básica se deram de formas diversificadas, por iniciativas comunitárias, locais e regionais, expressando nossa desigualdade social, regional e educacional.

Responsabilidades Políticas e Educacionais

A União, além das atribuições para com a rede pública federal, deve prestar assistência financeira e técnica aos governos subnacionais, com objetivos e funções bem definidos. Para Farenzena (2021), as funções – supletiva e redistributiva – e os seus objetivos – garantia de maior equidade nas oportunidades educacionais e de padrão mínimo de qualidade de ensino – sempre precisam estar presentes quando se examina a prática da assistência, já que colocam uma circunscrição em termos de critérios e finalidades.

Porém, mesmo com a aprovação da PEC nº 108, em que foi acrescido ao art. 211 o parágrafo 7º, o qual estabelece as condições necessárias de oferta tomando como referência o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), no último período, “Em que pese ser indispensável o que tem sido efetivado como assistência técnica e financeira da União às redes estaduais e municipais da Educação Básica, o montante de recursos tem decrescido nos anos mais recentes, comprometendo enormemente suas funções e objetivos” (FINEDUCA, 2021, p. 43)

Entre os tipos de assistência da União aos estados e municípios na educação básica, destacamos:

- a) **Assistência obrigatória: recursos financeiros – transferências de recursos financeiros para governos ou escolas:** Complementação ao Fundeb; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico); Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE); Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos; Programa Brasil Alfabetizado, Apoio à Manutenção da Educação Infantil e Apoio à Implantação da Educação Infantil.
- b) **Assistência Voluntária “tradicional” – aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos:** Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

c) Assistência voluntária – Assistência técnica ou financeira não prevista no ordenamento legal. Exemplos: Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica, Caminho da Escola, kits de materiais, Ações Integradas do PDDE, programas de formação (professores e outros profissionais da educação, conselheiros), disponibilização de estudos, levantamentos, avaliações e orientações.

Conforme pesquisas de Cavalcanti, C. R.; Oliveira R. de F. (2019), a política de assistência técnica e financeira da União para a educação básica incorporou, a partir de 2004, um conjunto de arranjos que aumentou a influência da União sobre a agenda educacional dos governos subnacionais, em especial, dos governos municipais, com a adoção de mecanismos redistributivos em forma de diferentes critérios com vistas ao atendimento das diversificadas condições educacionais das unidades federadas, vinculados, a partir de 2007, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

Foto: Marcelo Camargo / ABr



Porém, Farenzena (2021) demonstra que as despesas do **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior na Educação Básica (Capes) tiveram uma redução significativa entre 2014-2020 e bem diferenciada na comparação com a década anterior.** Vejamos as principais ações e programas de transferências – obrigatórias e voluntárias neste período: Complementações da União ao FUNDEB, – 4%; Dinheiro Direto na Escola (PDDE) – 54%; Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) – 10%; Apoio à alimentação nas escolas na EB – 16%; Livros e Materiais Didáticos (PNLD) – 34%; Apoio ao Desenvolvimento da EB – 41%; Caminho Escola (veículos escolares) – 90%; Apoio à Infraestrutura para EB – 83%; Apoio à Manutenção da Educação Infantil (EI) – 49%; Apoio à Implementação de Escolas de EI – 66%; Apoio à Alfabetização EJA – 100%; Bolsas e Auxílio EJA – 100%; Transferências Cotas Salário-Educação – 23%; Bolsas de Apoio à EB – 90%; Apoio à Formação Inicial e Continuada EB – 88% (Fonte: Portal Transparência da CGU – Orçamento da Despesa orçamento realizado).

Tomando como base as duas décadas do século 21, tivemos dois posicionamentos distintos da União no que tange à sua participação e contribuição na participação da oferta da educação básica e na transferência de recursos por meio de programas e ações intergovernamentais. As ações de assistência financeira voluntária da União, que passam pelo Plano e Ações Articuladas, apresentam enormes oscilações no período de 2014-2020. No total, não foi retomado nem ultrapassado o patamar de recursos praticados em 2014.

Não somente essas ações, mas também as Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 foram descumpridas e inviabilizadas, especialmente a partir da PEC-95/2016. Conforme dados do INEP (BRASIL/INEP, 2020) de monitoramento da Meta 20 do PNE (sobre financiamento da educação), expõe-se uma proporção de gasto público em educação pública de 5,1% em 2015 e 5,0% em 2018, demonstrando que houve decréscimo no indicador. Por consequência, chegar a um investimento público em educação pública correspondente a 7% do PIB em 2019 e a 10% em 2024 (metas do PNE) não se efetivou e nada indica que se efetivará, respectivamente.

Novo Fundeb amplia responsabilidades da União

A Constituição Federal (CF) brasileira já fixa que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito (18%), e os esta-

[Este início de século é marcado por posicionamentos distintos da União em relação à oferta da educação básica e transferência de recursos.

dos, o Distrito Federal e os municípios, vinte e cinco por cento (25%), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e no desenvolvimento do ensino (BRASIL, CF, Art. 212). Em alguns estados e municípios do Brasil, as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas elevaram as obrigações para com a educação, inclusive em percentuais superiores aos estabelecidos na CF.

Esses recursos públicos devem ser destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos também a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, desde que: comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação; assegurem a destinação de seu patrimônio à outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao poder público, no caso de encerramento de suas atividades. Tais recursos poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando.

O novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, contemplou importantes avanços para a educação básica, como: aumento da complementação da União dos atuais 10% para 23%, com recursos novos e preservando o Salário-Educação; Constitucionalização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ); Incorporação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB);

aprovação de sistema híbrido de distribuição de recursos, sendo mais equitativo; uso do recurso público exclusivamente para a educação pública; destinação de 70% dos recursos do Fundeb para a valorização de todos os profissionais da educação e proibição do desvio dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para o pagamento de aposentadorias. Atualmente, as escolas públicas perdem R\$ 20 bilhões com essa transferência indevida.

De acordo com a PEC deste novo Fundeb, a **complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento)** do total de recursos do Fundo, que também se tornou permanente a partir de sua aprovação. Essa participação da União está sendo elevada de forma gradual: em 2021, começou com 12%, passando para 15% em 2022; 17%, em 2023; 19%, em 2024; 21%, em 2025; e 23%, em 2026.

Reflexões finais

A União é que concentra a maior fatia do orçamento público advinda de impostos em relação aos demais entes da federação. Portanto, possui responsabilidades políticas, sociais, educacionais e legais estratégicas na garantia do direito à educação básica. Cabe a nós, enquanto sociedade, corresponsável solidariamente, lutar e exigir que as leis vigentes, os planos de educação (nacional, estaduais e municipais) e as políticas públicas de Estado sejam integralmente cumpridos, bem como reivindicar que os investimentos em educação sejam ampliados, conforme prevê a Meta 20 do PNE 2014-2024. Por isso, cabe-nos escolher e eleger gestores e políticos efetivamente comprometidos com a educação, cultura, ciência e desenvolvimento do país, priorizando as pessoas, em vez de mercados e setores financeiros da economia, como está ocorrendo com o orçamento público.

A educação deve ter como objetivo nos unir em torno de esforços coletivos e fornecer o conhecimento, a ciência e a inovação necessários para moldar futuros sustentáveis para todos, fundamentados na justiça social, econômica e ambiental. Além disso, ela deve corrigir as injustiças do passado, enquanto nos prepara para mudanças ambientais, tecnológicas e sociais no horizonte. Um novo contrato social para a educação deve se basear em dois princípios fundamentais: (1) o direito à educação e (2) um compromisso com a educação como um esforço público da sociedade e um bem comum (UNESCO, 2022).

A União tem responsabilidades e políticas de assistência técnica e financeira para a educação básica, especialmente a

partir de 2004, por meio de um conjunto de arranjos que aumentou a influência da União sobre a agenda educacional dos governos subnacionais, em especial dos governos municipais, com a adoção de mecanismos redistributivos em forma de diferentes critérios, com vistas ao atendimento das diversificadas condições educacionais das unidades federadas, vinculados, a partir de 2007, ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e ao Plano de Ações Articuladas (PAR).

Os recursos da assistência financeira da União à educação básica decaíram no período pós-2016, após as reformas previdenciária, trabalhista e do “novo” ensino médio, ancoradas na PEC-95 do teto de gastos, proibindo investimentos com políticas sociais, como saúde e educação. Desconsideradas a repartição do salário-educação com os governos subnacionais e a complementação da União ao Fundeb, os recursos despencaram, especialmente nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Esses movimentos ensejam uma reflexão sobre um possível aumento da responsabilidade dos governos subnacionais no financiamento educacional. A diminuição de recursos federais repercute na ponta, quer dizer, nas mantenedoras públicas e nas escolas públicas municipais e estaduais.

Referências

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1998. Link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.
- BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (Inep). Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.
- BRASIL. *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. 568 p. : il.
- BRASIL, Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo Nacional e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação (FUNDEB), Brasília, DF, DÓU de 25.12.2020 - Edição extra.
- CAVALCANTI, C. R.; OLIVEIRA, R. de F. *Mecanismos redistributivos na assistência financeira da União no âmbito da Educação Básica*. Educação em Revista : v.35|e194676 – Belo Horizonte, 2019.
- FARENZENA, Nalú. *Despesas em ações de assistência da União na educação básica no período 2014-2020*. Eccos – Revista Científica, São Paulo, nº 58, p. 1-17, e20849, jul./set. 2021.
- Fundeb 2020: vitória da escola pública e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ago./2020.
- PARECER CNE/CP nº 011/2020*. Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Brasília, DF, 2020, link: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=148391-pp011-20&category_slug=julho-2020-pdf&Itemid=30192.
- UNESCO. *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. – Brasília : Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte : Fundación SM, 2022.

Foto: Rovena Rosa / ABr



Financiamento do ensino superior: quem deve pagar a conta?

Enquanto as empresas mais antigas não ultrapassam quatro ou cinco séculos, a Universidade de Bolonha, considerada a mais antiga do mundo, completará seu primeiro milênio em 2088.

artigo

Ney José Lazzari¹

Mestre em Gestão Universitária pela Universidade São Marcos, São Paulo, e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Taquari (Univates).

O atual estágio de desenvolvimento tecnológico requer cada vez mais pessoas qualificadas e preocupadas com a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços, em suma, pessoas com conhecimento em nível superior. Entretanto, a formação e a qualificação nesse nível são onerosas.

A questão que se coloca neste momento é de como cada sociedade irá financiar esse tipo de formação: quem paga a conta? No caso brasileiro, há uma mescla de vários modelos em que os indivíduos e o Estado bancam. Os indivíduos com recursos próprios ou com financiamentos junto ao Estado ou junto ao sistema financeiro. O Estado pode bancar de diferentes formas, tais como: 1) mantenedor de instituições públicas e gratuitas; 2) por meio da isenção de impostos, como o Programa Universidade para Todos (Prouni); 3) financiador de programas como o Fies.

O texto a seguir procura demonstrar a importância do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) para a formação no Ensino Superior no Brasil. Tal Fundo foi criado no final dos anos 1990, mas sofreu profundas mudanças e passou a ser relevante no período entre 2010 e 2015.

A instituição universitária é uma das organizações sociais mais antigas criadas pela humanidade. Só para termos uma comparação: enquanto as empresas mais antigas não ultrapassam quatro ou cinco séculos, a Universidade de Bolonha, considerada a mais antiga do mundo, completará seu primeiro milênio em 2088. Claro que, ao longo desses séculos, ela passou por inúmeros processos de transformação e de adaptação: deixou de ser o espaço para a formação dos quadros da alta burocracia canônica para ser o de formadora dos atuais quadros da burocracia estatal e privada,

da alta e especializada elite vinculada à pesquisa científica e tecnológica, necessária para a constante inovação nas mais diferentes áreas.

Ao longo das últimas décadas, o grau de desenvolvimento de um país ou de uma região pode ser medido pelo seu grau de inovação, de avanço tecnológico e de cérebros disponíveis não só para reproduzir o conhecimento já produzido, mas também para produzir novos conhecimentos e interpretar os movimentos e os constantes rearranjos da sociedade. Todos esses movimentos presumem e necessitam da existência de universidades com razoável estágio de maturidade e interação com o mundo.

Vale sempre lembrar que muitos dos principais avanços tecnológicos das últimas décadas foram resultados de pesquisas financiadas pelos Estados nacionais nas universidades: desde a internet, passando pelos componentes que dão origem a aparelhos como os smartphones ou a consolidação de novas oportunidades tecnológicas baseadas em conhecimentos das áreas de novos materiais, energias renováveis, inteligência artificial, nanotecnologia, biotecnologia, etc.

Visto dessa forma, percebe-se claramente a necessidade de um grande aporte de recursos tanto para a formação quanto para a manutenção das inteligências e dos equipamentos, estruturas e laboratórios para se ter e manter uma

Foto: UFBA / Divulgação



A pesquisa inovadora e a produção do conhecimento, essenciais para manter o atual estágio de desenvolvimento da sociedade e avançar, são feitas principalmente em universidades ou institutos de pesquisa muito semelhantes a universidades especializadas e, secundariamente, em centros de pesquisa e desenvolvimento próprios de empresas. Mesmo sendo percebidas como lentas e burocráticas, as universidades tiveram e têm papel fundamental e estratégico no desenvolvimento dos grandes avanços tecnológicos.

universidade. São necessários anos, ou até décadas, para a formação de recursos humanos qualificados e a estruturação de espaços laboratoriais para a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Além disso, a transferência dessas tecnologias e conhecimentos para a sociedade e para o setor produtivo requer estruturas e a definição de claras e estratégicas políticas públicas.

A questão que se impõe é como a sociedade irá aceitar financiar a ampliação e o desenvolvimento das universida-

artigo

Financiamento do ensino superior: quem deve pagar a conta?

des, dos centros de pesquisa e de inovação e da formação acadêmica em nível superior. São diferentes modelos e construções que se estabelecem ao longo do tempo.

Os países europeus, quase que na sua totalidade, optaram pelo modelo do ensino público, mantido pelo setor público, mas mantido também, em alguns desses países, com recursos vindos das subsidiadas anuidades pagas pelos estudantes, calculadas de forma proporcional à renda individual ou familiar.

No modelo australiano, o Estado financia grande parte da formação universitária que será paga pelo estudante, depois de formado, conforme sua renda: anualmente, há um ajuste de contas e quem tiver renda baixa ou estiver desempregado protela seus débitos com o Estado e, quanto maior a renda auferida no ano anterior, em menor tempo pagará seu financiamento.

Sistemas de financiamento

Em outros países, há sistemas de bolsas e de financiamentos que possibilitam ao aluno frequentar o Ensino Superior com um nível de endividamento pessoal que tem crescido constantemente nos últimos tempos. A formação universitária, na maioria dos países, tem ficado cada vez mais onerosa. Já há alguns anos, o maior endividamento das famílias norte-americanas é com o financiamento estudantil, superando o endividamento com cartão de crédito, com a compra do automóvel ou com o financiamento da casa própria.

Outros países latino-americanos, como a Colômbia e o México, possuem seus sistemas próprios de financiamento estudantil público, com histórico de mais de cinco décadas, como é o caso da Colômbia. Entretanto, nenhum deles é amplo o suficiente para contemplar a grande massa dos que sonham com o título acadêmico como uma espécie de passaporte para a ascensão social.

No caso brasileiro, a implantação do Ensino Superior é bastante tardia, tendo a primeira universidade brasileira sido criada somente na segunda década do século 20. A questão



do financiamento e do quem paga a conta da formação em nível superior foi tema de inúmeros debates nacionais no início da segunda metade do século passado. Esse investimento deve ser bancado pelo Estado, pelos indivíduos e suas famílias ou, por ser uma aposta no futuro, deve ser bancado por financiamentos que transfiram ao menos uma parte do ônus de hoje para o futuro?

A tese vitoriosa desse debate no Brasil acabou gerando um modelo de financiamento do ensino superior específico que, com algumas idas e vindas, se aprofundou ao longo do tempo e é o que temos até hoje: predominantemente privado, predominantemente noturno e, mais recentemente, predominantemente o Ensino a Distância (EaD).

Pelos dados oficiais do Inep/MEC de 2021, dos quase 9 milhões de estudantes matriculados nas universidades brasileiras, apenas 23% estão nas universidades públicas e, neste caso, com gratuidade nas suas mensalidades. Os demais 77% dos estudantes do Ensino Superior estão em



Foto: UFBA / Divulgação

A partir de 2021, constata-se um salto nas matrículas em cursos de EaD, as quais chegam a superar os ingressantes no ensino presencial.

instituições privadas com fins lucrativos (53%) ou em instituições sem fins lucrativos, comunitárias e confessionais (24%) e pagam suas mensalidades. Esse pagamento pode ocorrer por meio de algum tipo de financiamento público, quando disponível, ou financiamento das próprias universidades, que tem se expandido muito nos últimos anos, ou, em raríssimas situações, esses estudantes recorrem a onerosos financiamentos oferecidos pelo sistema bancário nacional.

Vale lembrar que, além dos 23% de estudantes matriculados nas universidades públicas, há ainda entre 6% e 8% matriculados nas instituições privadas e comunitárias por conta do Programa Universidade para Todos (Prouni). Esse programa, implantado em 2004, isenta tributos dessas instituições em troca de bolsas integrais ou parciais.

Expansão

Ainda pelos dados do Inep, tem havido um decréscimo da participação do setor público no número de estudantes que estão ingressando no Ensino Superior: a participação percentual, que era de mais de 21% em 2010, caiu para pouco mais de 12% em 2021. Entre as principais razões para esse decréscimo, está a mudança no perfil da demanda desses estudantes ingressantes: de ensino presencial para EaD, com custos muito menores. Para atender a essa demanda de EaD, o setor privado está bem mais empenhado e preparado que o setor público.

Além disso, parece haver, nos últimos anos, uma política deliberada para manter as taxas de crescimento das vagas nas instituições públicas muito aquém das taxas de crescimento do Ensino Superior como um todo. Os dados de 2021, último ano com dados oficiais disponíveis, impactados pela pandemia do coronavírus, podem estar indicando uma nova tendência. Constata-se, nesse período que se inicia com a pandemia, um grande salto nas matrículas em cursos na modalidade EaD, as quais chegam a superar os ingressantes no ensino presencial no Brasil.

artigo

Financiamento do ensino superior:
quem deve pagar a conta?

[No Brasil, ensino público é sinônimo de ensino gratuito, independentemente do nível de renda do estudante ou de seu grupo familiar.

Essa mudança significativa na modalidade de ensino mais procurada pelos ingressantes demonstra, em primeiro lugar, a perda de poder aquisitivo de uma significativa parcela dos estudantes universitários como consequência da crise econômica vivida pelo país desde 2015; em segundo lugar, aponta para uma mudança no perfil geracional-digital dos mesmos e, ao mesmo tempo, mostra o aprofundamento de uma tendência ou mesmo de uma política deliberada de redução da participação do Estado na formação de recursos humanos em nível superior altamente qualificados.

Nos dados dos últimos 12 anos, de 2010 a 2022, o número de alunos ingressantes no sistema público caiu de 21,7% para 12,5%, e o número de matriculados no mesmo sistema também foi reduzido, mas bem menos, de 25,8% para 23,1%. Essa diferenciação se deve à evasão dos estudantes matriculados, que é muito mais elevada no sistema privado do que no sistema público, basicamente por duas razões: a falta de recursos para pagar as mensalidades nas instituições privadas e a modalidade EaD, que, como dito anteriormente, é muito mais presente no ensino privado do que no ensino público e tem um índice muito mais elevado de evasão pela falta de



Foto: IFSP / Divulgação

adaptação ou mesmo pelo desalento do estudante com a modalidade.

No Brasil, diferentemente do que ocorre em inúmeros outros países, ensino público é sinônimo de ensino gratuito, independentemente do nível de renda do estudante ou de seu grupo familiar. Esse modelo de gratuidade para apenas um a cada quatro estudantes interessados na formação superior pode estar ajudando a manter ou até a aprofundar as desigualdades sociais, tão marcantes na nossa história: os que têm as melhores condições econômicas para consolidar os conhecimentos no nível de educação fundamental e médio são também os que atingem os patamares avaliativos mais elevados e cobrados para o ingresso nas universidades públicas e gratuitas.

Assim, temos, de um lado, a dificuldade de expansão das vagas na rede pública e a falta de financiamentos públicos de longo prazo para vagas em instituições privadas e comunitá-



rias de qualidade e, por outro lado, a facilidade de expansão da modalidade EaD, com qualidade questionável e com preços que são apenas uma fração dos preços dos cursos presenciais.

Pelos dados analisados, parece existir uma correlação inversa entre a redução do número de vagas de financiamento público e o aumento de ingressantes na modalidade EaD em instituições não públicas. Essa tendência tem se agravado nos últimos anos com a já mencionada expansão do EaD, capitaneada por três ou quatro grandes grupos educacionais, com redes de atuação no país todo e ancorados por capitais para investimentos vindos do mercado financeiro.

O financiamento público para estudantes universitários matriculados em instituições não públicas no Brasil tem um longo e tortuoso histórico. Ainda nos anos da ditadura, como parte integrante dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, no governo Geisel, em 1975, foi criado o Programa

Nos últimos 12 anos, mais de 3,2 milhões de brasileiros só tiveram acesso ao Ensino Superior por meio das possibilidades abertas pelo Fies.

de Crédito Educativo (Creduc). Este esteve disponível para um significativo número de estudantes até meados dos anos 1980, porém, em um período de inflação descontrolada, acabou ruindo por inanição. As parcelas, no momento de serem pagas pelos usuários para repor o fundo, estavam ridiculamente corroídas pela inflação, e o fundo acabou se esvaindo.

Financiamento estudantil

Uma nova modalidade de financiamento estudantil, agora chamado de Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), foi criada em 1999, no final do governo FHC, mas ainda com regras bastante rígidas e com poucos recursos orçamentários. Só em 2010, no final do segundo mandato do governo Lula, o Fies tomou corpo e avançou: foi completamente remodelado, com regras mais flexíveis, com juros subsidiados e com maior disponibilidade de recursos para o Fundo, que bancou o exponencial crescimento que ocorreu nos anos seguintes.

Esse crescimento aconteceu até o ano eleitoral de 2014, quando o número de novos financiamentos atingiu o impraticável e impressionante teto de 733 mil financiamentos no ano, quase o dobro do número de financiamentos de dois anos antes. Já em 2015, esse número caiu para pouco mais de um terço e, nos últimos anos, não passou de 50 mil em média, por ano, ou seja, pouco mais de 5% das vagas disponibilizadas em 2015. Além do considerável decréscimo no número de financiamentos, há também, recentemente, mudanças substanciais nas regras, fazendo com que, mesmo em número irrisório, haja “sobra” de vagas, pois os interessados procuram outras alternativas. Inclusive a alternativa de não estudar!

Não há dúvidas de que, nos últimos 12 anos, mais de 3,2 milhões de brasileiros só tiveram acesso ao Ensino Superior por meio das possibilidades abertas pelo Fies. Entretanto, há, ainda, a falta de uma política pública de financiamento para os universitários. Uma programação com regras de longo prazo, com definições como número de vagas anuais, taxa de

juros a ser praticada, etc., em suma, algo que garanta um mínimo de previsibilidade e segurança tanto para os indivíduos como para as universidades.

O Ensino Superior é, por essência, um investimento oneroso e de longo prazo. Não é possível planejar o longo prazo à mercê de decisões tomadas para o momento e à luz de interesses puramente eleitoreiros. Em uma dada situação político-eleitoral, as vagas de um ano para outro dobram ou caem pela metade ou, ainda, concedem-se descontos de até 90% nos débitos que seriam usados para repor parte do Fundo. Essas descontinuidades políticas inviabilizam pensar o país e as suas demandas com um horizonte de tempo mais longo.

A forma de financiar o ensino universitário é uma ferramenta extremamente importante para pensar o futuro do país. Assim, tomamos o caso de Israel como referência: os estudantes universitários pagam o equivalente a três mil dólares anuais, independentemente do curso em que estejam matriculados, seja Pedagogia, Administração ou Medicina. Ou seja, todos pagam e todos pagam o mesmo. O Estado israelense põe na universidade entre seis mil e doze mil dóla-

O Ensino Superior é um investimento oneroso e de longo prazo. Não é possível planejar o longo prazo à mercê de interesses eleitoreiros.



Foto: João Bittar / Unifesp Diadema - SP

res por estudante, por ano, dependendo do curso em que ele está matriculado. Com isso, as universidades, praticamente todas públicas, oferecem um número de vagas em determinadas áreas, e dentro de limites impostos pelo Estado, que seja coerente com o planejamento de desenvolvimento pensado para o país no longo prazo.

No Brasil, temos muito a avançar na formação em nível superior. Ainda estamos distantes de atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação, a qual estabelece uma taxa de escolarização líquida de 33% até 2024. Segundo o Inep, essa taxa, que mede o percentual de jovens entre 18 e 24 anos matriculados na universidade, não passa de 22%.

O financiamento estudantil universitário não deve ser visto como uma forma de financiar as universidades. É por meio desse tipo de política que o Estado pode aprofundar a justiça social e ajudar amplas camadas da sociedade a terem o seu passaporte para novos padrões de qualidade de vida e participarem do mundo do trabalho de forma mais ativa. Além disso, o Estado pode, até certa medida, facilitar ou induzir os indivíduos a optarem por formação nas áreas profissionais mais demandadas e carentes do país.

Nota

1. Foi reitor da Univates de 1999 a 2020, presidiu o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) de 2008 a 2015 e o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari (Codevat) de 1992 a 1995 e de 2001 a 2013. Também, foi presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (Abruc) entre 2019 e 2021. Desde 2021, está à frente da Fundação Univates, mantenedora da Univates.

Referências

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2021. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>>. Acesso em: 20 mar 2023.

SEMESP, Mapa do Ensino Superior. <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2022/07/mapa-do-ensino-superior-2022-06-30.pdf>



Everton Rodrigo Santos¹

Cientista Político e professor da Pós-graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social da Universidade Feevale.



Honor de Almeida Neto²

Sociólogo, professor da Pós-graduação em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade da Ulbra e Diretor do Sinpro/RS.

ensaio

O ambiente virtual acelera as interações sociais e cria um novo espaço de convivência, em um cenário que coloca de cabeça para baixo as hierarquias sociais.

O Carnaval contemporâneo – O neofascismo na era digital

Palavras-chave: Neofascismo; Carnaval contemporâneo; Democracia liberal; Crise do capitalismo; Autocomunicação de massas.

Resumo

Este ensaio analisa a ascensão da extrema direita e do neofascismo no Brasil e no mundo, a partir da articulação de três aspectos estruturais presentes no cenário atual. Partimos de uma análise sociotécnica que desvende a forma de produção do caos contemporâneo, associado às tecnologias de informação e comunicação; a crise da democracia liberal; e a crise do sistema capitalista. Por fim, construímos dois cenários hipotéticos como tendências a esse fenômeno, um otimista e outro pessimista.

A invasão e a depredação da sede dos poderes em Brasília por extremistas de direita no dia 08 de janeiro de 2023 (mimetizando o 6 de janeiro de 2021 nos EUA) constituíram-se em uma tentativa frustrada de golpe direto à democracia brasileira, deixando estarecidos todos aqueles cidadãos que defendem valores humanistas, republicanos e democráticos. Todavia, não causou surpresa a nós, pesquisadores da área da cultura política, que monitoramos atitudes, opiniões e valores ao redor do mundo. Já estamos há algum tempo observando a ascensão da extrema direita em escala planetária, um fenômeno sem precedentes desde os anos 1930 pelo menos (Löwy, 2019).

Vimos Donald Trump chegar à presidência dos Estados Unidos, Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), Bolsonaro (Brasil). Nesta perspectiva, se não exatamente à direita, mas pelo menos no campo autoritário, Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão, (Shinzo Abe), Oobrador (México), Áustria, etc.

Para tentarmos entender as motivações, as formas de mobilização que desencadearam o episódio brasileiro e fornecermos uma compreensão mais ampla do fenômeno da ascensão da extrema direita populista no mundo³, com contornos neofascistas⁴ neste início de

século 21, precisamos elencar três aspectos estruturais, que ajudam a dar nitidez ao caos contemporâneo. O primeiro aspecto a ser considerado é de natureza sociotécnica. Ou seja, é preciso compreender o indivíduo na sua relação com a técnica e com esse novo ecossistema cognitivo criado e potencializado pelas novas tecnologias e suas características, as quais inauguram as novas formas de socialização on-line.

O ambiente virtual (ciberespaço) rompe com os limites de tempo e de espaço, acelera a velocidade das interações sociais, possibilita um novo espaço de convivência, agora mediado em tempo real por computadores e celulares multifuncionais, em um cenário que coloca de cabeça para baixo todas as hierarquias sociais, o que caracterizamos como uma espécie de “Carnaval Contemporâneo”, no primeiro tópico deste artigo. Feito este apontamento, entramos em um segundo aspecto estrutural, dentro desta festa carnavalesca, “A Crise da Democracia Liberal”, dito de outra forma, a crise do modelo de democracia representativa, com a ruptura da confiança, da crença

entre governantes e governados, fundamental para sua existência e sustentação. Essa crise é alimentada pela alta visibilidade da política, de denúncias e escândalos de corrupção que concorrem para a desconstrução da classe política, o que, somado às limitações dos Estados nacionais em resolver problemas que são globais, fomenta uma cultura política de descrença no modelo democrático. Um terceiro e último aspecto estruturante deste artigo a ser levado em conta é “A Crise do Capitalismo”. Economistas apontam que a renda proveniente do trabalho cresceu menos do que a renda proveniente do capital neste início de século 21, fazendo com que a legitimidade do capitalismo fosse colocada em dúvida, pela deslegitimação do trabalho em si. Os ricos ficaram mais ricos e os pobres, menos pobres, levando a um esmagamento da classe média no mundo e no Brasil particularmente. Ou seja, a classe média viu os pobres se aproximarem mais de sua condição de classe e os ricos, distanciarem-se. Em um cenário de crise econômica e de identidade, frente à insegurança com relação ao futuro, há a tendência de que algumas pessoas se refugiem no passado, ou em candidatos que representem esse passado, adotando posições neofascistas, como vimos nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil, principalmente nos estados do Sul e Centro-oeste.

Propomos neste ensaio, prezado leitor, uma breve reflexão e diagnóstico sobre as razões do avanço desta nova extrema direita e seu padrão de atuação no país. Com base nesses apontamentos preliminares e à guisa de conclusão, desenhamos dois cenários políticos para o pleito de 2026, a partir da combinação e interação entre as três variáveis elencadas: “carnaval contemporâneo”, “a crise da demo-

Foto: Joedson Alves / ABr





Foto: Wilson Dias / ABr

cracia liberal” e “a crise do capitalismo”. De forma bipolar, construímos um cenário mais otimista centrípeto, de atenuação destas variáveis e afloramento de forças democráticas, e, de outro lado, um cenário mais pessimista centrífugo, de dispersão destas variáveis e crescimento das forças autoritárias.

A ideia é dar uma pista ao leitor, dar uma resposta para a pergunta de um milhão de dólares: para que lado a política brasileira vai se mover no futuro próximo? Para o polo democrático ou para o polo autoritário? E, ainda, como a emergência do neofascismo à brasileira tende a afetar as eleições de 2026.

Carnaval Contemporâneo

Na Era Digital, temos de atentar para o fato de que há uma mudança na forma de produção e disseminação de informações, possibilitando o processo de autocomunicação de massas em que qualquer indivíduo pode produzir e disseminar informações compartilhando-as em escala global (Castells, 2015). Esse fato empodera os indivíduos, recolocando-os como protagonistas, no centro da produção do social e, ainda, gera felicidade e bem-estar subjetivo (Neto, Santos *et al.*, 2021).

Por outro lado, conforme bem descreveu o mais pop dos sociólogos, Zygmund Bauman (2009), essa vida líquida, que a sociedade do consumo criou, é uma eterna sucessão de recomeços, vivemos na velocidade, na visibilidade, no compartilhamento e, sobretudo, no desafio da convivência com as diferenças, com a diversidade que constitui esse ambiente global, em um cenário de imprevisibilidade e insegurança. Estamos, segundo ele, no interregno, no intervalo de tempo entre o velho e o novo, quando os velhos modelos não atendem mais às novas demandas sociais, incluindo as formas e os anseios

de participação política.

Nesse novo cenário que caracteriza a Era Digital, observamos, em escala global, o descontrole da informação que inunda de Fake News as redes sociais mobilizadas por algoritmos, criando bolhas de desinformação e possibilitando o fenômeno da autoverdade ou da pós-verdade. Nesse movimento, as pessoas acreditam naquilo que querem, com o que se identificam, sobretudo do ponto de vista emocional, pois “o valor da autoverdade está muito menos no conteúdo do que é dito e muito mais no ato de dizer, e dizer tudo é o fundamental, expressa uma ‘ilusão’ de liberdade sobre o ‘politicamente correto’” (Brum, 2018).

O convívio restrito a essas bolhas de informações leva a um tipo de participação política limitada às postagens, curtidas, compartilhamentos, de preferência ofensivos e alarmistas em uma espécie de participação direta, engajada, que dispensa a intermediação de instituições e de seus representantes. Uma participação com as vísceras, pouco afeita à racionalidade, à discussão de ideias e à busca por consensos mínimos necessários para uma convivência mais humanizada.

Somada a isso, a diabolização da mídia profissional faz com que nós não tenhamos mais as mesmas bases de informações, de fatos da realidade circundante. Estamos vivendo uma “disonância cognitiva coletiva”, uma “torre de babel digital”, em que as pessoas não se contentam em ter as suas opiniões, mas querem ter direito a ter seus próprios fatos.

No livro *Engenheiros do Caos*, Da Empoli (2019) se utiliza da metáfora do Carnaval para descrever esse cenário de mudança radical de papéis e fantasias que estamos experimentando, mediada pelas tecnologias digitais. O Carnaval, desde sua invenção na Itália no século

XVIII, “... é a festa que tem por hábito virar o mundo de cabeça para baixo, invertendo as relações entre gêneros, classes e todas as hierarquias – que, em tempos normais, regem a vida social” (2019, p. 10). No Carnaval Contemporâneo, não há hierarquia entre os saberes, entre o especialista e o leigo, que reproduz o seu senso comum, mas agora em escala e alcance global. Daí que vivenciamos no Brasil, nos últimos quatro anos, o avanço de uma espécie de “militância medieval”, que afronta os valores republicanos e democráticos de maneira explícita. Trata-se, em síntese, da disputa entre uma visão cosmopolita, que traz consigo valores também globais, como o respeito aos Direitos Humanos, ao meio ambiente, à diversidade, contra valores nacionalistas, conservadores, avessos à ciência, carregados de emocionalidade, contrários à globalização, religiosos, messiânicos e violentos. Em duas palavras, conforme Popper (1974), sociedades abertas *versus* sociedades fechadas, atenienses *versus* espartanos se enfrentam nas redes sociais e nas ruas.

A Crise da Democracia Liberal

Dentro desta festa carnavalesca, vivemos a crise das instituições políticas que, ainda “sólidas” e piramidais, têm um tempo de resposta lento e burocrático, como ocorre, por exemplo, com os partidos políticos e com o próprio sistema de controle democrático já *démodé*. Esse tempo está em descompasso com a epistemologia da Era e da Cultura Digitais, impulsionada pelo consumismo exacerbado e caracterizada por fornecer respostas customizadas (individualizadas) em tempo real aos indivíduos, como acontece, por exemplo, nos sites de compras. Este dinamismo digital impacta sobre uma democracia analógica de forma contundente. É assim que, “durante o Carnaval, não há lugar para o espectador. Todos participam juntos da celebração desvairada do mundo ao avesso, e nenhum insulto ou piada é vulgar, se contribui para a demolição da ordem dominante e sua substituição por alguma dimensão de liberdade e fraternidade” (Da Empoli, 2019, p. 22). O ex-presidente Bolsonaro, assim como no filme *Coringa*, cultiva um rancor das elites e do sistema político, mantém um comportamento inadequado, como o personagem do filme. O seu riso inapropriado, seu deboche com as mortes pela covid-19, bem como sua fala: “Já falei que sou imorrível, já falei que sou imbrochável e também sou incoimível” (Brasília, maio de 2021), deixam qualquer pessoa de bom senso com os cabelos em pé, mas não deixam uma parcela significativa dos brasileiros que o admiram e que o idola-

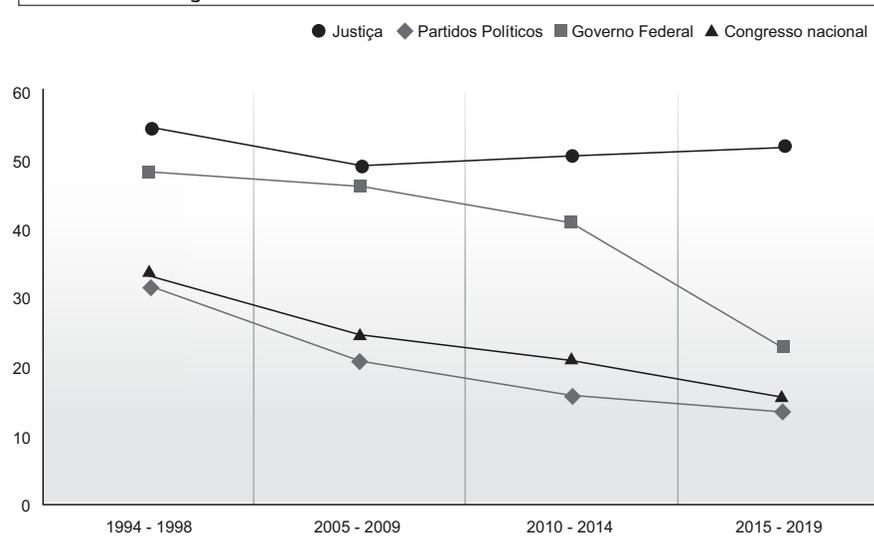
tram. Parcela que hoje, segundo algumas pesquisas nacionais, é de cerca de 15% ou 20% do eleitorado, o bolsonarista-raiz. Trata-se de um ator político que age contra as instituições e encontra eco no crescimento da desconfiança da população em seu sistema democrático.

Nas últimas quatro ondas da Pesquisa Mundial de Valores (WVS), observamos o declínio da confiança tanto no governo, no Congresso Nacional, como nos partidos políticos. Somente o Judiciário teve um certo acríve (gráfico abaixo).

Este tipo de configuração societal, de enfraquecimento das instituições de representação, abre espaço para a ascensão ao poder de *outsiders* ou políticos de carreira, os quais assumem um discurso antipolítico e anticonstitucional, como foi o caso da eleição do ex-presidente Bolsonaro, embora seja ele um político de carreira e não um *outsider*. Os defeitos e vícios de líderes populistas, como os dele, “se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades e sua incompetência é vista como garantia de autenticidade” (Da Empoli, 2019, p. 17).

De fato, o ambiente do ciberespaço é “naturalmente” populista, pois o populismo, “como as redes sociais, não suporta nenhum tipo de intermediação e situa todo mundo no mesmo plano, com um só parâmetro de avaliação: os likes, ou curtidas” (Da Empoli, 2019, p.20). Na nova sociabilidade que empodera o indivíduo em detrimento das instituições, há uma ânsia por visibilidade e aceitação social. A adesão não é necessariamente motivada por alguma perspectiva ideológica; ao contrário, “...só tem um objetivo: aquilo que os peque-

CONFIANÇA INSTITUCIONAL



Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (WVS)

nos gênios do Vale do Silício chamam de 'engajamento' e que, em política, significa adesão imediata" (p.20).

Mas o que então mobiliza para o engajamento? Nas palavras de Castells (2012), duas emoções básicas movem as ações dos sujeitos e carregam em si um potencial revolucionário: o medo e a esperança. Em um cenário de desesperança, empobrecimento, desigualdade crescente, intolerância e descrença no modelo político, "o carnaval contemporâneo se alimenta da cólera das multidões e de uma máquina de comunicação superpotente, concebida como instrumento privilegiado para multiplicar o caos" (Da Empoli, 2019, p.22). Não por acaso, o recém-eleito presidente Lula, em sua visita recente aos EUA, defendeu em seu discurso a criação de uma frente ampla e global pela defesa da democracia e do humanismo: "*Eu não quero viver num mundo em que os humanos se transformarão em algoritmos. Eu quero viver num mundo em que os humanos sejam humanos*" (Soares, 2023).

Crise do Capitalismo

Nesse cenário de insatisfação, como efeito colateral do empoderamento do indivíduo e da mudança radical no controle da informação, emergem movimentos com contornos neofascistas, de extrema direita em uma guinada reacionária em nível global, com inúmeros ataques aos sistemas democráticos e à institucionalidade. Por outro lado, a variável econômica, sinergicamente, impacta também sobre as relações humanas, as instituições políticas e a própria democracia. Patamares muito baixos de crescimento econômico, distribuição de renda e desigualdade no mundo têm ameaçado a crença na democracia e nos direitos e nas liberdades fundamentais, como aponta a bibliografia especializada. Nesse sentido, a democracia precisa de cidadãos autônomos, independentes, de uma sociedade econômica e educacionalmente potente para poder se contrapor ao poder do Estado. Por essa razão, alguns estudiosos da democracia dizem que quase todas as nações democráticas do mundo são ricas, e as ricas são democráticas, ao passo que as nações pobres quase todas são autoritárias, e as autoritárias são pobres (Huntington, 1991).

O Brasil, que é um país de renda média, sempre nos deixa com o coração na mão. Piketty (2013) aponta que a tremenda desigualdade do capitalismo do século 19 foi superada pelas duas guerras mundiais e um potente Estado de bem-estar social no século 20, o qual impediu a realização da profecia marxista do acirramento das desigualdades sociais. Todavia, neste início de século 21, a desigualdade no mundo voltou a assombrar a todos, principalmente depois da crise de 2008, com contornos peculiares, pois os pobres ficaram menos pobres e os ricos, mais ricos.

Assim, há um esmagamento da classe média no mundo (Inglehart e Norris 2016), mas também no Brasil. Daniel Susskind (2020) argumenta que foram justamente os "colarinhos azuis" (secretárias admi-

nistrativas, empregados fabris e comerciais), pertencentes à classe média, aqueles que mais perderam postos de trabalho devido à facilidade de substituição de suas tarefas rotineiras pelas novas tecnologias. Já a classe alta, os "colarinhos brancos" (profissionais liberais, médicos, advogados, empresários, executivos) e os "colarinhos rosas", os mais abaixo (auxiliares de educação, jardineiros, empregadas domésticas, cuidadores de idosos) foram os que menos perderam. As pontas da pirâmide social (os mais e os menos qualificados), digamos assim, não perderam tanto quanto os do meio, pois seus trabalhos não são tão facilmente substituíveis pelas novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA) e o uso de robôs, por exemplo.

Junto com esse fenômeno, a classe média e as elites têm desenvolvido um sentimento de ressentimento, na medida em que seus valores tradicionais têm sido postos em xeque pela ascensão de valores pós-materialistas, como igualdade de gênero, racial, defesa do meio ambiente, liberdade sexual. Dito de forma clara, leitor: o meio da pirâmide econômica e social perdeu dinheiro e perdeu prestígio, pois não é o principal alvo de políticas públicas de governo. A classe média viu os pobres avançarem sobre eles e, ao mesmo tempo, as elites se afastarem. Desta forma, fica fácil entendermos como esta classe "pegou paixão" pelo primeiro líder populista que se apresenta frontalmente contra este "sistema", prometendo vingar-se das elites corrompidas tanto na economia como na política, que afundaram o país no lamaçal da corrupção, resgatando os valores perdidos do "cidadão de bem", do "pai de família trabalhador", do "macho alfa". Isso tudo para completar o delírio coletivo, em nome da defesa de uma Pátria ameaçada pelo comunismo internacional, que tem como expoentes George Soros e Bill Gates. É a autoverdade, alimentada por algoritmos em ação.

À guisa de conclusão

Feito este brevíssimo diagnóstico, o que podemos esperar do futuro para 2026? Como a emergência do neofascismo pode afetar as próximas eleições? Como um tipo ideal weberiano, criamos dois cenários polares. Em outras palavras, que não existem na realidade, que não vão se realizar por completo e não são o nosso desejo, mas que servem apenas como parâmetro analítico para mensurarmos a direção que a política brasileira poderá tomar com base nas três variáveis por nós propostas e interligadas neste artigo. No Cenário I "Otimista Centrípeto" (cenário otimista em relação à economia e às instituições), o governo Lula continuará seguindo o caminho em direção ao centro político, cooptando a centro-direita, construindo um governo de frente ampla, isolando a extrema direita, negociando com o Congresso e suas lideranças, procurando garantir maiorias, dentro do chamado presidencialismo de coalizão. Neste sentido, chamamos de centrípeto, pois haveria uma conversão positiva sinérgica das variáveis aqui levantadas (carnaval contemporâneo, a crise da democracia e a crise do capitalismo).

Primeiramente, o que pode ajudar em um certo arrefecimento do “carnaval contemporâneo” é a criação e aprovação de leis que regulem as plataformas digitais, preservando as liberdades de expressão e liberdades individuais, obviamente. Nesta perspectiva, não somente a efetivação da lei do Marco Civil da Internet de 2014, mas sobretudo a superação desta lei. Esse marco determina, entre outras, que as plataformas digitais só podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros se não cumprirem as ordens judiciais de remoção delas, mas isso somente não basta. As plataformas digitais não são obrigadas, pelo Marco da Internet, a retirar o conteúdo por si só, não são obrigadas ao autocontrole.

Desse modo, o Projeto de Lei (PL) 2630 das Fake News, em tramitação no Congresso Nacional, obrigaria a responsabilização das plataformas de internet para retirar conteúdos antes da ordem judicial, diminuindo a proliferação de Fake News, principalmente conteúdos ilegais que violem o Estado Democrático de Direito, discursos de ódio, terrorismo, pedidos de golpe de Estado, intervenção das Forças Armadas. Nesta direção da aplicação das leis e efetivação, Bolsonaro seria punido, com a inelegibilidade ou preso.

Do ponto de vista educacional, as escolas promoveriam, como já observamos na Finlândia, a criação de disciplinas em seus currículos que discutissem a produção e difusão de Fake News, aliás, as universidades, a mídia profissional, os sindicatos seguiriam nesta mesma toada, operando em uma linha contrária à cultura da desinformação, uma reação da sociedade civil progressista organizada. Esses pequenos movimentos estão implicados na crise da democracia brasileira também, onde veríamos cada vez mais os efeitos positivos das minirreformas políticas de 2015 e 2017 na diminuição gradativa dos parti-

dos políticos. Chegamos a ter 35, deveremos chegar a 29 e gradativamente menos, mas, também, uma reforma política que avance ainda mais, melhorando a representatividade, aproximação e imagem dos poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) junto à sociedade, bem como da contenção das Forças Armadas na política, através de “reparos institucionais” que não foram feitos na transição à democracia.

Na perspectiva da crise do capitalismo, um arrefecimento, pelo menos bélico, da guerra na Ucrânia, das relações EUA e China, bem como, no âmbito interno no Brasil, uma reforma tributária e um regramento fiscal do governo, que sinalizasse uma condução responsável da economia, implicariam em uma “folga” para a implementação de suas políticas públicas. Lula miraria cada vez mais na classe média, esquecida pelos governos pretéritos do seu partido, resgatando-a dos braços do bolsonarismo, tirando-lhe o medo e oferecendo-lhe esperança baseada na redução da taxa de juros e no controle da inflação, com crescimento econômico, geração de emprego e elevação do bem-estar social paulatinamente. Bolsonaro, inviabilizado para 2026, daria vazão às candidaturas de aliados do governo Lula, mas também a uma direita mais palatável, mais moderada, de certa forma, à esquerda de Bolsonaro. Dito de outra maneira, o governo poderia se dar ao luxo de escolher seus adversários.

No Cenário 2 “Pessimista Centrífugo” (cenário pessimista em relação à economia sobretudo, e às instituições democráticas). Nesse cenário, o governo Lula, fugindo à promessa de governo de frente ampla e não ampliando seu leque de alianças ao centro, vai alimentando o discurso extremista de direita, o qual se fortalece. Chamamos de centrífugo, pois haveria uma dispersão (centro fuga) das variáveis aqui

Foto: Joedson Alves / ABr



levantadas (carnaval contemporâneo, a crise da democracia e a crise do capitalismo). Primeiramente, o acirramento do “carnaval contemporâneo” se agravaria, ficaríamos dentro do Marco Legal Civil da Internet de 2014; a PL 2630 das Fake News, em tramitação no Congresso, seria esvaziada, com perfumarias que, de fato, não responsabilizariam as plataformas de internet pelas Fake News. Bolsonaro não seria punido nem preso.

Os efeitos positivos das minirreformas políticas de 2015 e 2017, sobre a “crise da democracia”, na diminuição gradativa dos partidos políticos, aconteceriam, mas nada seria feito em direção às reformas políticas necessárias que melhorariam a representatividade das instituições legislativas, do Poder Executivo e do Judiciário, bem como dos reparos legais de contenção das Forças Armadas na política. A sociedade civil organizada e progressista, cada vez mais encurralada pela deterioração do ambiente social e econômico, ficaria cada vez mais na defensiva sem ser propositiva.

Na perspectiva da “crise do capitalismo”, o acirramento na Guerra da Ucrânia e das relações EUA e China se deterioraria; recessão global, bem como, internamente, a reforma tributária não sairia, ou saindo, não teria um impacto significativo, assim como o regramento fiscal do governo mostrar-se-ia frouxo, implicariam em uma perda de legitimidade do governo perante o “mercado” e a opinião pública, não dando a “folga” necessária para a implementação de suas políticas públicas, sobretudo o combate à fome, a geração de empregos e a degradação do meio ambiente. O governo miraria cada vez menos na classe média. A economia se deteriora, descontrola a inflação, juros altos, crescimento econômico em baixa, desemprego e diminuição do bem-estar social fazem com que sua base de sustentação nos mais pobres se desloque para outras bases discursivas extremistas. Há, assim, um fortalecimento da direita populista com traços neofascistas. A direita civilizada volta a compor com o bolsonarismo. Bolsonaro torna-se o candidato natural deste polo descontente e numeroso em 2026, mas também, Zema, Tarcísio, Moro, Mourão e o clã Bolsonaro são players importantes e não descartáveis. Façam agora as suas apostas.

Nota

1. Cientista Político - Professor do PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social - FEEVALE/RS.
2. Sociólogo – Professor do PPG em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade - ULBRA e Diretor do SINPRO/RS.
3. O líder populista em uma concepção mais larga é aquele que fala diretamente com as massas sem passar pela intermediação das instituições, das leis, ou pelo menos tenta driblá-las. É o caso de Trump (EUA) – Chaves (Venezuela) – Duterte (Filipinas), por exemplo. Apesar dos problemas que há com o uso deste conceito, utilizamos aqui no sentido proposto por Ronald Inglehart e Pipa Norris (2016), como uma espécie de *Cultural Backlash*, um retrocesso nos valores culturais que coloca gerações mais velhas e com pouca educação formal apoiando candidaturas e partidos políticos populistas. No Brasil, teríamos este fenômeno com contornos particulares, um ressentimento das classes e regiões mais abastadas do país com forte apelo aos valores tradicionais conservadores.
4. Usamos o termo neofascismo para não incorrerem no erro do anacronismo, pois o fascismo foi um fenômeno do século passado, mais precisamente da década de 1930 na Itália, com características muito específicas. Segundo aquele sociólogo alemão, “a história nunca se repete”. Assim, há traços neofascistas nesta extrema direita no Brasil, como a defesa de uma ideologia repressiva, o culto da violência e armamento da população, culto ao líder e sua virilidade, intolerância com as minorias sexuais, em particular em relação aos homossexuais. O próprio lema utilizado por Bolsonaro: “Deus, Pátria e Família” é uma cópia do movimento integralista brasileiro de Plínio Salgado (o maior movimento fascista fora da Europa). Por outro lado, não há no Brasil uma classe revolucionária do proletariado, nem mesmo um partido fascista. Tanto o PSL, como o PL de Bolsonaro estão muito distantes desta categorização.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- BOITO, Armando. **Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 50, p. 111-119, 2020.
- BRUM, Eliane. **Bolsonaro e a autoverdade**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/16/politica/1531751001_113905.html.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Comunicação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da Democracia Liberal**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.
- DA EMPOLI, Giuliano. **Os Engenheiros do Caos: como as Fake News, e as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar o ódio, medo e influenciar as eleições**. São Paulo/Belo Horizonte. Editora Vestígio, 2019.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century**. USA. University of Oklahoma Press, 1991.
- INGLEHART, Ronald F; PIPPA Norris. **Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Have-Nots and Cultural Backlash**. Harvard Kennedy School papers. August 2016.
- LOWY, Michel. **Neofascismo: um fenômeno planetário – O Caso de Bolsonaro**. Acesso em: 1 de mar. de 2022. <https://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19-10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>.
- NETO, Honor de A.; SANTOS, Everton R.; CASTRO, Henrique Carlos de O. de; MOURA, José Antônio R. de; **As perspectivas da felicidade na era digital: o caso brasileiro**. RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT, v. 10, p. 1-15, 2021.
- PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca Ltda, 2013.
- POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e Seus Inimigos**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- SANTOS, Everton R. **Ciência Política. Lições sobre o Jogo do Poder**. Ijuí. Editora Unijuí, 2021.
- SOARES, Ingrid. Com Biden, Lula fala contra a desigualdade e pede parceria pelo meio ambiente. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/02/5072857-com-biden-lula-fala-contra-desigualdade-e-pede-parceria-pelo-meio-ambiente.html>.
- SUSSKIND, Daniel. **A World Without Work**. Technology, Automation, and How We Should Respond. Metropolitan Books/Henry Hold and Company New York, 2020.



textual

R E V I S T A

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual



www.sinprors.org.br/textual



facebook.com/SinproRS



twitter.com/SinproRS



youtube.com/SinproRS



instagram.com/SinproRS